

AGRICULTURA

EM SÃO PAULO

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA

SUMÁRIO

PREÇOS MÍNIMOS PARA A SAFRA 1969/70 .. 1

PROBLEMAS ATUAIS DA ECONOMIA CA-
FEEIRA 31

Rubens A. Dias

CUSTO DE PRODUÇÃO DO ABACAXI "SMOOTH
CAYENNE" NA REGIÃO DE BAURU, 1969. 49

Evaristo M. Neves

ANO XVI
N.ºs 1/2
JANEIRO e
FEVEREIRO
1969

SECRETARIA DA AGRICULTURA
ESTADO DE SÃO PAULO
BRASIL

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA

CORPO TÉCNICO

DIRETOR GERAL: Rubens Araújo Dias

Assessor: Paulo D. Criscuolo

Assessoria de programação: Fernando S. Gomes Júnior (Chefe)

D I V I S Õ E S

Política e Desenvolvimento Agrícola

Diretor: Constantino C. Fraga

Seção de Análise da Conjuntura Agrícola: Constantino C. Fraga (Chefe), Wilson V. Gonçalves, Fernando B. Homem de Mello. (*)

Seção de Projetos de Desenvolvimento: a ser instalada em 1970, Alberto Veiga. (*)

Seção de Análise da Situação dos Produtos: a ser instalada em 1969, Antonio A. Amaro, Arciley A. Pinheiro, Maria Lúcia B. D'Apice.

Seção de Economia da Terra: a ser instalada em 1970.

Seção de Crédito, Tributação e Legislação: Ismar Florêncio Pereira (Chefe).

Seção de Sociologia Rural: a ser instalada em 1970, Anna Perina R. Arruda, Ana Elisa B. Garcia, Sérgio G. Vassimon.

Comercialização

Diretor: Pérsio C. Junqueira

Seção de Organização e Estrutura de Mercados: Pérsio C. Junqueira (Chefe), Ewerton Ramos de Lins (*), Maria de Lourdes C. Arruda, Wilson L. do Canto, Tsunehisa Tamaki.

Seção de Análise de Preços, Custos e Margens: Sérgio A. Brandt (Chefe), Natanael M. dos Anjos, Claus F. T. de Freitas.

Seção de Pesquisas e Desenvolvimento de Mercados: Mauro de S. Barros (Chefe), Domingos Desgualdo Netto, Flávio C. de Carvalho (*).

Seção de Mercados de Insumos: Antonio A. B. Junqueira (Chefe), Luiz G. do R. Monteiro.

Economia da Produção

Diretor: Oscar J. T. Etori

Seção de Economia de Insumos: a ser instalada em 1970.

Seção de Economia das Explorações Agrícolas: Oscar J. T. Etori (Chefe), Cyro Okamoto, Yoshihiko Sugai.

Seção de Análise Econômica e Financeira das Empresas: a ser instalada em 1969, Paul F. Bemelmans, Caio T. Yamagishi, Minoru Matsunaga.

Seção de Administração de Empresas Agrícolas: a ser instalada em 1969, Luiz, M. Pellegrini (*), Evaristo M. Neves.

Levantamentos e Análises Estatísticas

Diretor: Salomão Schattan

Seção de Análise Estatística e Econométrica: Salomão Schattan (Chefe), M. J. Martins Falcão, José F. de Noronha.

Seção de Previsões e Estimativas: a ser instalada em 1969, Luiz H. de Oliveira Piva, Júlio H. Jimenez Oslo.

Seção de Informações de Mercado com Setor de Telecomunicações: a ser instalada em 1969, João Carlos V. Vianna Netto, Paulo T. Morimoto, Paulo V. Sendim.

Seção de Controle de Qualidade das Estatísticas: a ser instalada em 1970.

Seção de Computação: a ser instalada em 1969, Milton N. de Camargo, Antonio José F. Fava.

(*) Afastados do Instituto, freqüentando cursos de aperfeiçoamento:

— Os técnicos Luiz Sérgio P. Pereira, Ramon M. Garcia, Antonio D. Piteri, Antonio Guedes B. Campos, Jorge Demétrio Issa, Milton A. Moisés, a-cham-se afastados do Instituto, prestando colaboração a outras instituições governamentais ou licenciados do cargo.

PREÇOS MÍNIMOS PARA A SAFRA 1969/70

Instituto de Economia Agrícola

1 — ASPECTO GERAL

Em grande parte devido às adversidades climáticas mas também pela ação de outras causas que vêm dificultando o desenvolvimento do setor, o ano agrícola de 1968/69 em São Paulo, foi magro. Os dados são ainda preliminares, mas se confirmados, irão configurar mais um ano de frustração. Isto, pela 4.ª vez consecutiva, pois, desde a safra 65/66 a agricultura paulista vem apresentando declínio em seus principais aspectos como: valor da produção, volume produzido, renda "per capita" e outras características. Para se encontrarem razões otimistas e fazendo exceção à melhoria da produtividade — aspecto importante e que ainda está encontrando condições para manter-se em linha ascendente, até porque partindo de níveis muito baixos — só mesmo se recorrendo à análise de situações específicas ou mais restritas para deparar-se com

sinais de progresso. Isto, aliás, é quase uma constante em grandes regiões de agricultura diversificada, já que, dificilmente, ocorre um mau ano para todas as culturas.

Na análise global, e sempre recorrendo a dados preliminares, o ano agrícola de 1968/69 apresenta, em relação ao anterior, uma redução, na superfície de cultivo (20 principais produtos), de 5,2% ou 278 mil hectares. O seu índice de volume produzido é 136 ⁽¹⁾ contra 137 no ano precedente (173 em 64/65 e 100 no período 48/52). Embora não se disponha dos dados finais da renda agrícola de 1969, prevê-se um aumento de pouco mais de 20%. Caso se admita que a taxa de inflação venha a se manter em torno de 18%, teremos uma pequena melhoria, em relação à 1968, que se caracterizou como um dos piores anos, a êsse respeito, na recente evolução da agricultura paulista (quadro 1).

(1) Todos os dados de 1969 são preliminares, referindo-se à 3.ª estimativa de safras.

QUADRO 1. — Índice do Valor da Produção da Agricultura Paulista (1)
1948/52 = 100

Ano	Índice Geral (24 prod.)	Geral Menos Café (23 prod.)	Produtos Alimentícios		Matéria Prima P/ Indústria	Produtos de Exportação
			Vegetais	Origem Animal		
1960	121	155	134	199	242	59
1961	136	168	152	208	265	74
1962	140	189	188	207	332	54
1963	147	177	192	177	345	80
1964	121	170	155	170	390	38
1965	145	177	155	178	460	75
1966	128	175	164	189	372	43
1967	125	165	171	185	335	42
1968 (2)	108	148	139	162	335	34
1969 (2)	113	147	151	136	336	49

(1) Índices de valores correntes deflacionados pelo Índice Geral de Preços (FGV).

(2) Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

As rápidas comparações apresentadas evidenciam claramente, ao menos para o Estado de São Paulo, a estagnação e até retrocesso em que se encontra o setor agrícola. Isto representa, como é fato notório, um sério risco ao desenvolvimento dos demais setores da economia, já que as funções básicas da agricultura (alimentar a população, fornecer matéria-prima à indústria, absorver produtos industrializados, obter divisas e suprir recursos humanos e doutra natureza aos demais setores), salvo aquela do fornecimento de força de trabalho, ficam diminuídas, dificultando ou impedindo o avanço dos setores secundários e terciários. A ilação pronta e obrigatória que daí se tira é a premente necessidade de se inverter a tendência que vem apresentando a agricultura, através de medidas que reforcem a economia do setor, permitindo, ao menos, elevá-la a um ponto que não constitua, mais risco de estrangulamento ao progresso dos demais setores.

Para o desiderato que vem de ser apontado, parece inegável que, pelo menos a curto prazo, a política de garantia de preços é uma das mais poderosas armas de que dispõe o Governo. Não cabe aqui, discutir o acerto doutrinário da adoção

dessa política, mas, sim, partindo do fato de que ela existe, reconhecer que nossas autoridades responsáveis devem, quanto possível, emprestar-lhe um cunho de instrumento da política agrícola geral, dela fazendo uma poderosa alavanca de soerguimento da agricultura.

Sendo, a garantia de escoamento e a ação sobre os preços, as linhas principais de atuação da política de preços mínimos, torna-se bastante significativo o quadro 2, mostrando o comportamento relativo aos preços dos produtos agrícolas.

Talvez não fôsse supérfluo acrescentar que, na deterioração relativa aos preços indicada pelo quadro citado, está uma das causas e explicações do enfraquecimento contínuo do setor agrícola.

1.1 — CRITÉRIOS

À vista das considerações expostas, parece claro que o aspecto referente ao nível de preços de garantia é aquele que deve servir de fulcro para emprestar a essa política os objetivos propugnados. Reconhece-se que, para certos casos não seria viável restituir aos produtos agrícolas, de um ano para o outro, todo o poder de barganha que foi perdido em período relativamente longo. Cumpre, no entanto, perseguir, sem

QUADRO 2. — Evolução de Preços na Agricultura Paulista
1948/52 = 100

Ano	Índice de Preços Recebidos (1)	Índice de Preços Pagos (2)	Relação Pr. Recebidos Pr. Pagos	Índice Geral de Preços (3)
1960	515	683	75	585
1961	726	987	82	803
1962	1.206	1.411	85	1.218
1963	2.033	2.517	81	2.116
1964	4.018	4.497	89	4.039
1965	5.086	7.626	67	6.345
1966	7.350	9.318	79	8.786
1967	8.538	11.519	74	11.296
1968 (4)	10.532	14.801	71	14.033

(1) Inclue 24 dos principais produtos.

(2) Índice parcial compreende 32,51% do dispêndio total da agricultura, mas representa a quase totalidade das compras efetuadas fora do setor agrícola.

(3) Índice "2" Nacional da Conjuntura Econômica.

(4) Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

desfalecimento, essa meta. Ela, combinada com as previsões para a desvalorização da moeda e adaptada, conjunta ou separadamente, às exigências específicas de cada produto, servirá de norma diretora à seleção dos níveis de preço, que, a seguir, serão sugeridos. Embora excessivamente flexível, cabe observar que essa maleabilidade é alternativa preferível a certos sistemas rígidos de garantia de preços, mormente para os países em desenvolvimento, com economia instável.

Quanto à taxa de desvalorização da moeda, admitir-se-á, para o período da próxima safra (mais ou menos de setembro de 69 a setembro de 70), o percentual de 10%. Isso, à vista de grandes conquistas que, inegavelmente, vem o atual Governo obtendo na luta contra a inflação, conseguindo reduzir firmemente aquela taxa, a qual, para o ano de 1968, está avaliada em 18%. De passagem, observe-se que, nos trabalhos de mesma natureza, elaborados para os anos anteriores, os índices de inflação adotados levam sempre e propositadamente, boa margem de segurança.

A seguir, apresentamos, de modo sumário, a situação de cada produto a ser beneficiado com a garantia dos preços mínimos, procurando-se destacar os aspectos mais importantes

que presentemente envolvem suas economias.

2 — ALGODÃO

2.1 — SITUAÇÃO MUNDIAL

Do ponto de vista dos países exportadores (admitindo-se que quanto menor a oferta melhor para estes, o que nem sempre é verdade) não resta dúvidas de que as perspectivas para a temporada de 69/70, a iniciar-se em 1.º de agosto próximo, estão algo deterioradas em relação aos dois e mesmo três últimos anos. Com efeito, apesar de continuar boa a posição estatística do algodão, prevê-se um ligeiro excesso da produção sobre o consumo. A 1.º de agosto, os estoques finais deverão ser praticamente idênticos aos do ano passado. Esta última safra, entretanto, além de apresentar um rigoroso equilíbrio entre a produção e o consumo, fôra precedida por uma outra (67/68) onde o "deficit" de produção atingiu 5,3 milhões de fardos, com aguda escassez de fibras médias, nos comprimentos de 1" a 1 1/16". Cumpre lembrar que essa sólida posição da safra 68/69 não impediu uma acentuada queda nos preços internacionais do algodão. É preciso, ainda, ter em conta a experiência demonstrada pela prática e consistente no fato de que, quando os estoques são normais (como é o caso pre-

sente), os preços irão depender, em escala muito maior ainda, da relação entre a produção provável e o consumo previsto. Do lado do consumo, o máximo que se pode esperar é um aumento fracionário. No ano passado, esse aumento foi apenas de 0,4% e, dado o fato de que os acréscimos no consumo de algodão vêm diminuindo ano a ano, não será surpresa o fato de que, no próximo período e pela primeira vez, esse consumo não acuse nenhum aumento. A pressão das fibras artificiais, notadamente as não-celulósicas, é cada vez maior e uma idéia disso pode ser dada pelos cotejos seguintes. Em 1968, enquanto o consumo global de algodão aumentava de 0,4%, o das fibras artificiais chegava a 21%, fazendo com que a participação do algodão, pela primeira vez em longos e longos anos, fôsse inferior a 50% do consumo geral de fibras. Nos EE.UU. o consumo de algodão no mesmo ano baixou a um terço do total (perda de 6,5%), enquanto o das fibras artificiais, somente o das não celulósicas, subiu a 48% (aumento de 8%). Em resumo, pode-se afirmar que a ameaça das fibras artificiais interessa, já, ao próprio destino do algodão.

Quanto ao comércio internacional, prevê-se que êle de-

verá manter-se em níveis muito próximos aos do ano passado que foi de 17,2 milhões de fardos. A Europa Ocidental talvez aumente levemente suas compras, devido aos baixos estoques atuais. O Japão, presentemente bem suprido, dificilmente aumentará suas aquisições. Hong-Kong talvez o faça, mas em pequenas proporções. Essas, são as regiões de maior interesse para nossas exportações.

Do lado da produção, como já foi dito, espera-se um ligeiro acréscimo (1,5 a 2 milhões de fardos) sobre o consumo estimado. Dentre os países que deverão aumentar sua produção destacam-se os EE.UU., Paquistão, Brasil, Síria, Colômbia e Índia. Esse aumento será, em parte, compensado por reduções em outros países como, talvez, o México, Turquia, Guatemala e Nicarágua. Incluindo-se a área dos chamados países socialistas mereciam ser mencionados o provável aumento na China Continental (mais como recuperação dos baixos rendimentos do ano anterior) e, talvez, um leve aumento na produção da Rússia (os planos indicam uma área de plantio próxima à das anteriores, mas o aumento de 15% nos preços aos produtores deverá exercer certo efeito de incentivo).

QUADRO 3. — Suprimento e Distribuição Mundial de Algodão em
Milhões de Fardos de 217 kg Líquidos (478 Libras)

Ítem	1965/66	1966/67	1967/68	1968/69(1)	1969/70(2)
Estoques em 1.º Agosto					
EE.UU.	14,3	16,9	12,5	6,5	6,5
Países predominantemente exportadores	4,2	4,4	4,5	4,8	4,9
Países predominantemente importadores (3)	6,2	5,8	6,2	6,8	6,7
Sub-total	24,7	27,1	23,2	18,1	18,1
Rússia, China e Europa Oriental	3,3	3,5	3,7	3,5	3,4
Total Mundial	28,0	30,6	26,9	21,6	21,5
Produção					
EE.UU.	14,9	9,9	7,2	10,9	12,5
Outros países	23,5	22,8	23,9	25,5	26,0
Sub-Total	38,4	32,7	31,1	36,4	38,5
Rússia, China e Europa Oriental	14,8	16,2	16,6	16,3	16,5
Total Mundial	53,2	48,9	47,7	52,7	55,0
Suprimento Total	81,2	79,5	74,6	74,3	76,5
Consumo					
EE.UU.	9,5	9,5	9,0	8,2 (2)	8,5
Outros países	25,1	25,6	25,9	26,4 (2)	26,5
Sub-Total	34,6	35,1	34,9	34,6	35,0
Rússia, China e Europa Oriental	16,2	17,3	17,7	17,9 (2)	18,2
Total Mundial	50,8	52,4	52,6	52,5	53,2
Destruições	0,1	0,2	0,4	0,6 (2)	0,3
Total Geral	50,9	52,6	53,0	53,1 (2)	53,5

(1) Estimativa.

(2) Dados esparsos de diversas fontes e absolutamente preliminares.

(3) Incluindo a Índia e o algodão em circulação.

Fonte: Cotton — ICAC — May-Jun 1969.

Ainda no respeitante à produção, deve-se assinalar que o grosso do aumento esperado deve ocorrer com as fibras de 1" a 1 3/8", que abrangem quase toda a produção brasileira. Assim, pode-se esperar um mercado bastante competitivo para os nossos algodões, na próxima temporada. O quadro 3 ilustra a posição estatística mundial do algodão, devendo-se observar que os números referentes à projeção para 1969/70 foram colhidos em diversas fontes e muitos deles são antecipações conjecturais.

Pelo que até aqui foi exposto, pode-se ter a impressão de que o próximo ano se apresenta bastante difícil para a venda dos nossos algodões ao exterior. Entretanto e sem querermos ser otimistas, cumpre registrar a existência dos seguintes fatos favoráveis:

a) A política de preços da C.C.C. (Commodity Credit Corporation) para a próxima temporada, a qual estabelece níveis de preços para o Middling de 1" um pouco superiores aos do ano passado. Como a C.C.C. já se encontra novamente de posse de um estoque substancial (cêrca de 3,0 milhões de fardos em 1/8/69 contra pouco mais de 200 mil na mesma data do ano passado),

sua política de preços deverá influenciar bastante no comportamento dos preços do algodão.

Segundo cálculos preliminares, o preço do Middling 1" pôsto CIF-Europa deverá girar em torno de 29 a 30 cents por libra, dependendo do mês de entrega (as "carrying charges", cobradas pela C.C.C., variam conforme o mês). Em suma, não há, ao menos por ora, razões para se temer os preços dos algodões norte-americanos, que se mantêm bem acima dos nossos.

b) Os preços pelos quais o Brasil vendeu seus algodões em 1968 foram, de modo geral, sensivelmente inferiores aos similares de outras procedências. Houve, no ano passado, uma defasagem grande entre os preços pelos quais foi vendido o algodão e aqueles que normalmente eram esperados face à situação estatística do produto. Assim e a menos que o Brasil queira manter o mesmo e enorme diferencial de preços com que vendeu seus algodões na safra corrente, é de se esperar um escoamento normal com níveis de preços próximos dos atuais. Sobre êste ponto, convém frisar o perigo que existe numa política de se manter o mesmo diferencial já mencionado, i.é, de o Brasil acompanhar qualquer queda de preços com des-

valorização proporcional do seu produto. É preciso ter em conta que as perspectivas foram bastante alteradas. A relativa abundância da oferta cria situação delicada no mercado e uma excessiva agressão nos preços poderá trazer perturbações de monta ao mesmo, com corrida para as vendas e descontrôle dos preços, os quais poderão experimentar baixas exageradas, acima de qualquer limite previsto. Esta questão está a requerer o maior empenho e vigilância por parte das nossas autoridades competentes, tendo em conta que é desejável a manutenção de certa agressividade; mas perigoso o seu excesso. A menos que haja motivos muito imperiosos, a ordem deveria ser a de manter, com o máximo rigor, os preços do comunicado n.º 259 da CACEX que estabelece (aliás com ampla margem) o preço FOB de 22 cents/lb para o tipo "5".

2.2 — SITUAÇÃO INTERNA

Presentemente, não mais se justifica cuidar da situação algodoeira de São Paulo, sem levar em conta o que se passa no Paraná e em outras regiões vizinhas, que, juntas, compõem uma única economia algodoeira. Tendo em conta, no entanto, a dificuldade na obtenção de certos dados e outras razões menores, será compreensível o des-

taque das informações relativas a São Paulo.

Dito isto, cabe desde logo registrar que o ano algodoeiro de 1968/69 foi muito bom para S. Paulo. Isto, de maneira mais ou menos surpreendente (como aliás já havia acontecido com a safra anterior), pois, durante a maior parte do seu período vegetativo, o algodoeiro enfrentou severas adversidades climáticas e também (em parte como decorrência do clima) ataques bastante intensos de diversas pragas. De acôrdo com os dados ainda preliminares, a superfície de plantio registrou ganho de 32% sôbre o período de 67/68, que, por sua vez, havia suplantado o precedente em cêrca de 17%. Como êsses substanciais aumentos referem-se à inadequadamente pequena área de plantio, esta ainda continuou cêrca de 20% inferior à meta preconizada de 557.000 hectares (230.000 alqueires). A expansão de 32% na área, em pouco ou nada parece ter afetado os rendimentos unitários, os quais, muito provavelmente, ficarão pouco aquém (menos de 3%) do "record" absoluto da safra 67/68 com seus 1615 kg/ha (260,8 arrôbas por alqueire), já que deverão atingir 1.575 kg/ha, ou mais de 254 arrôbas por alqueire. Para se chegar a êstes números, admitiu-se que ainda darão entrada nas usinas 5% do volume registrado

em 31 de maio último. No Paraná e a julgar-se pelas últimas informações disponíveis, as couzas não correrão tão bem. O vizinho estado aumentou em mais de 50% sua área de plantio, face, sobretudo, aos ótimos resultados obtidos em 67/68. Os rendimentos unitários, entretanto, caíram fortemente, devido entre outras causas, ao mau transcurso do tempo, ataques inusitados de pragas e presença de novos agricultores nesta exploração. Como resultado, estima-se que a safra paranaense seja, apenas cêrca de 10%, maior que a passada. Quanto aos demais estados vizinhos (Mato Grosso, Minas e Goiás), sabe-se que houve expansão, tanto na área como no volume produzido. Tudo somado, é certo que 68/69 foi a safra "record" do Sul do Brasil e que seu volume girará em tórno de 500 mil toneladas de algodão em rama, equivalente a pouco mais de 2,3 milhões de fardos. As exportações deverão atingir a 340.000 toneladas, volume maior que o do excepcional ano de 1946, quando, pelos pôrtos do Sul, eram embarcadas 336000 toneladas (352.752 para todo o País). Êste volume supera, em aproximadamente 67%, aquêle que foi exportado em 1968, o qual, por sua vez, já suplantara as exportações de 1967 em mais de 80%. No que tange ao aspecto qualitativo,

entretanto, 68/69 acusa certa regressão. Em São Paulo, tanto os tipos como certas características da fibra (comprimento e micronaire) são ligeiramente inferiores. No Paraná, diferenças são maiores.

Não há, pois, como negar, que os dois últimos anos foram de firme recuperação da lavoura algodoeira em São Paulo e expansão no Paraná, bem como, em muito menor escala, nas outras regiões produtoras vizinhas.

A que se deve essa recuperação, quando é certo que os preços reais do produto estão ainda muito baixos em relação a períodos passados e registram apenas ligeira melhoria em cõtêjo com 1966 e 1967 (sôbre êste último, um pouco mais acentuada)? Dentre as causas que podem ser invocadas, lembremos as seguintes:

a) Notável aumento na produtividade física, devido, sobretudo, ao emprêgo de sementes de variedades mais produtivas e melhoria das práticas agrícolas.

b) Perda quase total da capacidade competitiva do amendoim, em cujas 6 (seis) últimas safras (3 anos) registraram-se 5 (cinco) frustrações de diversos gráus e apenas uma safra normal.

c) Baixos preços do milho nos 4 (quatro) últimos anos, tirando dêste cereal boa parte da capacidade competitiva com o algodão.

d) Dificuldade da lavoura cafeeira, induzindo os produtores a procurarem novas fontes de renda em culturas comerciais "cash crops".

e) Abolição quase total das boas perspectivas da pecuária de corte, cessando e até invertendo a tendência da tomada de terras do algodão para a formação de pastagens.

Assim e apesar dos preços baixos do produto, forçoso é constatar que os lavradores estão vendo no algodão uma das melhores (ou menos más) alternativas de produção de que podem dispor.

Quanto às perspectivas para o próximo plantio, para o qual não foi feita ainda investigação pertinente, o que se pode dizer, com base em informações diversas, talvez seja o seguinte:

a) Em São Paulo, pode-se prever um aumento de 20% na superfície de plantio. Caso o preço do milho se eleve em demasia até setembro, dificilmente êsse aumento será atingido, parecendo mais correto, então, avaliá-lo entre 10 e 15%.

b) No Paraná, a tendência parece ser de uma redução, de 15%, na área de cultivo. Na hipótese já citada de elevação nos preços do milho, dita redução pode acentuar-se ainda mais.

c) Nas outras áreas produtoras e vizinhas ao estado, deverão ocorrer aumentos.

d) As geadas da madrugada do dia 9 de julho último, de cuja intensidade apenas se têm as primeiras notícias, parecem ter sido muito intensas. Se isto fôr confirmado, as perspectivas para o próximo plantio do algodão serão profundamente influenciadas por êsse fenômeno, pois é certo que os cafeicultores, face à frustração da futura colheita, procurarão novas fontes de receita. Neste caso, o algodão, com suas características de cultura comercial, é uma das alternativas preferidas. As implicações nêsse sentido serão também maiores no Paraná, onde há mais café e as geadas continuam a ser violentas.

2.3 — CRITÉRIO

À vista das ponderações feitas tanto sôbre a situação mundial como interna do produto, deve-se estabelecer a garantia de preços para o algodão em níveis que não alterem as perspectivas animadoras que se prenciam para São Paulo.

QUADRO 4. — Algodão em São Paulo

Média Quinquênio e Ano	Área Plantada 1.000 ha	Produção 1.000 arrôbas em carôço	Rendimento Agrícola kg/ha	Preços médios recebidos pelos lavradores		Índice Geral de preço no Brasil (1) (b)	a/b x 100
				Preços Correntes NCr\$/15 kg	Índices (a)		
Média							
1948-52	1.094	40.929	561	0,08	100	100	100
1953-57	729	36.717	756	0,13	162	217	75
1958-63	528	35.421	1.006	0,43	538	678	79
Ano							
1960	498	35.180	1.059	0,39	488	585	83
1961	569	34.673	915	0,59	738	803	98
1962	678	47.513	1.052	0,74	925	1.218	76
1963	605	39.827	987	1,20	1.500	2.116	71
1964	508	39.813	1.175	2,50	3.125	4.038	77
1965	653	34.800	799	3,77	4.712	6.344	74
1966	477	46.605	1.467	4,27	5.338	8.786	61
1967	290	27.240	1.407	5,20	6.500	11.296	58
1968	339	36.511	1.615	7,05	8.812	14.033	63
1969 (3)	448 (2)	40.000 (2)	1.340 (2)	8,40	10.500	16.560	63

(1) Índice "2" Nacional da Conjuntura Económica

(2) 3.ª previsão de safra (março 1969)

(3) Dados preliminares

Fonte: Instituto de Economia Agrícola

QUADRO 5. — Correspondência Entre Preços de Exportação e Preços Internos de Algodão, Partindo-se de Preço de 22 Cents por Libra — FOB — SANTOS — com Taxas Diferenciadas de Dolar, 1969

Item	NCr\$ por Dolar	
	4,30	4,50
	NCr\$ por 15 kg	
1 — Valor — FOB — Santos	31,28	32,74
2 — Despesa Total	8,55	8,69
2.1 — Despesa entre São Paulo e FOB — Santos (6% sobre preços São Paulo) .	1,77	1,85
2.2 — Quebra de pêso (0,5%)	0,15	0,15
2.3 — Deságio	0,30	0,30
2.4 — Frete	1,00	1,00
2.5 — Seguro e transf.	0,22	0,23
2.6 — Juros (45 dias a 1,5% ao mês)	0,65	0,68
2.7 — Benefício	3,20	3,20
2.8 — Fundo Rural (1%)	0,28	0,88
2.9 — I.C.M. na venda de 26 kg de carôço a 3,00/15 kg	0,88	0,30
2.10 — quebra no carôço	0,10	0,10
3 — Diferença entre 1 e 2	22,73	24,05
4 — Venda de 26 kg de carôço	5,20	5,20
5 — Valor de 42,5 kg de algodão em carôço	27,93	29,25
6 — Valor de 15 kg no interior (tipo regular)	9,85	10,32

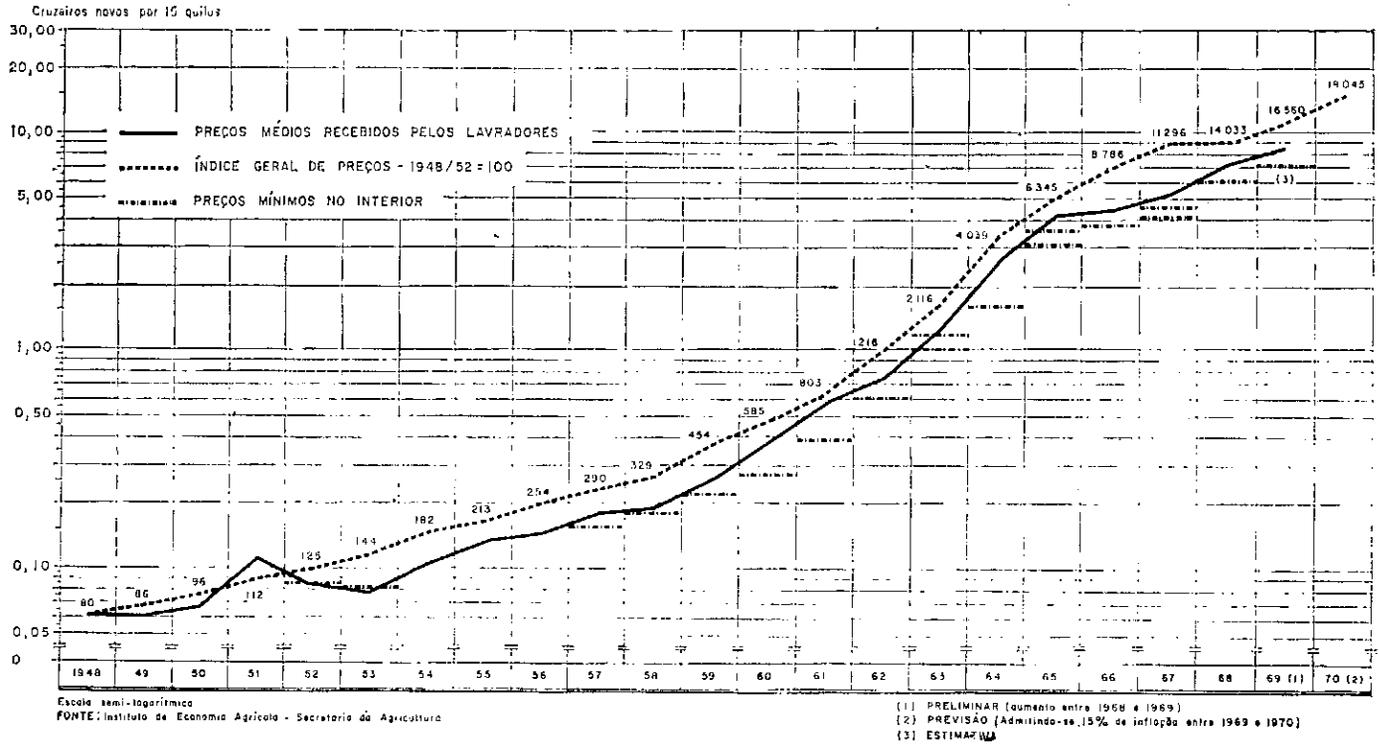


FIGURA 1. — Evolução dos Preços do Algodão em Carôço no Estado de São Paulo.

O acréscimo da taxa prevista de inflação aos níveis propugnados no ano anterior pela Secretaria da Agricultura de São Paulo (NCr\$ 8,00) e que, diga-se de passagem, foram plenamente ultrapassados na comercialização desta safra, levar-nos-ia a um nível de NCr\$ 9,20 por arrôba de algodão em carôço. Os dados do quadro 5 indicam que, mesmo nos baixos níveis do mercado mundial e nas taxas cambiais previstas para abril de 1970, poder-se-ia obter entre NCr\$ 9,85 e NCr\$ 10,32 por arrôba no interior.

Considerando, no entanto, o maior ônus para a exportação de algodão paranaense, pode-se sugerir que o preço mínimo de algodão em carôço seja fixado em NCr\$ 9,00 por arrôba, para o tipo regular, pôsto nas localidades mais distantes do interior de São Paulo.

3 — AMENDOIM

Como já foi dito, destas 6 (seis) últimas colheitas de amendoim, apenas a "safra das águas" de 1967/68 pode ser considerada razoavelmente boa. As duas colheitas de 1966/67 foram desastrosas (principalmente a "da seca"), tanto em rendimentos físicos como nos preços do produto. Neste ano i.é, 1968/69, os rendimentos das duas colheitas, também fo-

ram insatisfatórios. Êsses seguidos insucessos nos rendimentos físicos, causados antes de mais nada pelas adversidades climáticas, mas com a participação nada desprezível de uma crescente presença de pragas nessa lavoura, foi o bastante para arrefecer o interesse que antes despertava e levá-la a um ponto de estagnação. Somando-se as duas colheitas anuais, o volume, nestes últimos anos, tem girado em tórno de 20 milhões de sacas, bastante distanciado, por conseguinte, da meta de 30 milhões que se considera de interesse para a economia do estado.

Tendo em conta que se trata de uma exploração tipicamente comercial e, assim, fonte de dinheiro para os produtores, não muito exigente quanto às práticas agrícolas, nem muito esgotante para o solo e, ademais, constituindo produto de exportação relativamente fácil, parece de todo o interesse que se procure reanimá-la, visando ao atendimento da meta acima mencionada.

Cumpre, ainda, observar que, não obstante o marasmo referido e o impulso do algodão e da soja, o amendoim ainda é, provavelmente, a maior fonte fornecedora de óleo vegetal do país.

Quanto às perspectivas para o próximo plantio, embora os preços atuais do produto sejam relativamente bons, talvez não se possa contar com aumento de área, pois os insucessos recentes e os maiores atrativos do algodão e milho, poderão anular a influência daqueles fatores. Em todo o caso, mesmo que haja expansão, tudo indica que será pouco importante, exceção feita ao caso do Paraná, onde a recente geada pode gerar situação imprevista.

3.1 — CRITÉRIO

Apesar de os preços do amendoim serem daqueles que menos perderam em seus valores reais, há necessidade, pelas razões já expostas, de colocar o produto com um bom suporte por parte dos preços mínimos, até porque êstes acham-se hoje, em cêrca de 25 a 30%, abaixo das cotações vigentes no mercado.

Para atingir a êsse fim, admite-se ser preciso a garantia de NCr\$ 8,50 por sacco de 25 kg em casca, do tipo "3", classe graúda ou miúda e livre ao produtor. Embora isso signifique, aproximadamente, 33% do aumento sôbre as bases de preços mínimos fixados em 1968, teríamos a garantia estabelecida em níveis pouco abaixo dos preços vigentes, para o corren-

te ano (NCr\$ 8,85 por sacco). Saliente-se que, na comercialização da safra das águas de 1968/69, prevaleciam preços entre 9 e 10 cruzeiros novos por sacco.

4 — ARROZ

À vista da estiagem reinante durante todo o período vegetativo, os rendimentos físicos, indicados pela 3.^a estimativa para esta cultura, são surpreendentemente bons — cêrca de 35% superiores aos do ano passado. As principais razões para isto, talvez residam nos numerosos replantios efetuados (anulando assim os efeitos iniciais da sêca) e a maior experiência dos orizicultores, que procuram cada vez mais utilizar, para esta cultura, as terras mais frescas, mórmente as de várzea. O substancial ganho de produtividade refere-se, entretanto, à safra anterior, que, neste aspecto, foi a pior dos últimos 10 (dez) anos, pois, na realidade, êle continua ridiculamente baixo, não chegando a 40 sacas em casca por alqueire (976 kg/ha). Vai-se prolongando, assim, a série de más colheitas do arroz em São Paulo, iniciada em 1963 e só interrompida por uma safra apenas normal em 1967.

Os preços do produto, decisivamente influenciados pelas ofertas de outras regiões produ-

QUADRO 6. — Amendoim em São Paulo

Média Quinquênio e Ano	Área Plantada 1.000 ha	Produção 1.000 sacos 25 kg em casca	Rendimento Agrícola kg ha	Preços médios recebidos pelos lavradores		Índice Geral de preço no Brasil (1) (b)	a/b x 100
				Preços Correntes NCr\$/15 kg	Índices (a)		
Média							
1948-52	152	6.352	1.048	0,06	100	100	100
1953-57	152	6.724	1.106	0,13	217	217	100
1958-62	338	16.598	1.227	0,39	650	678	96
Ano							
1960	295	14.500	1.228	0,44	733	585	125
1961	427	18.600	1.088	0,52	867	803	108
1962	479	21.800	1.137	0,65	1.083	1.218	89
1963	382	19.200	1.255	1,06	1.767	2.116	84
1964	409	15.300	935	3,73	6.217	4.043	154
1965	414	24.000	1.450	4,16	6.933	6.344	109
1966	482	26.700	1.386	5,35	8.917	8.786	101
1967	552	19.650	890	4,85	8.083	11.296	72
1968	390	21.500	1.378	7,46	12.436	14.033	89
1969 (3)	421 (2)	19.300 (2)	1.146 (2)	8,85	14.750	16.560	89

(1) Índice "2" Nacional da Conjuntura Econômica

(2) 3.ª previsão de safra (março 1969)

(3) Dados preliminares

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

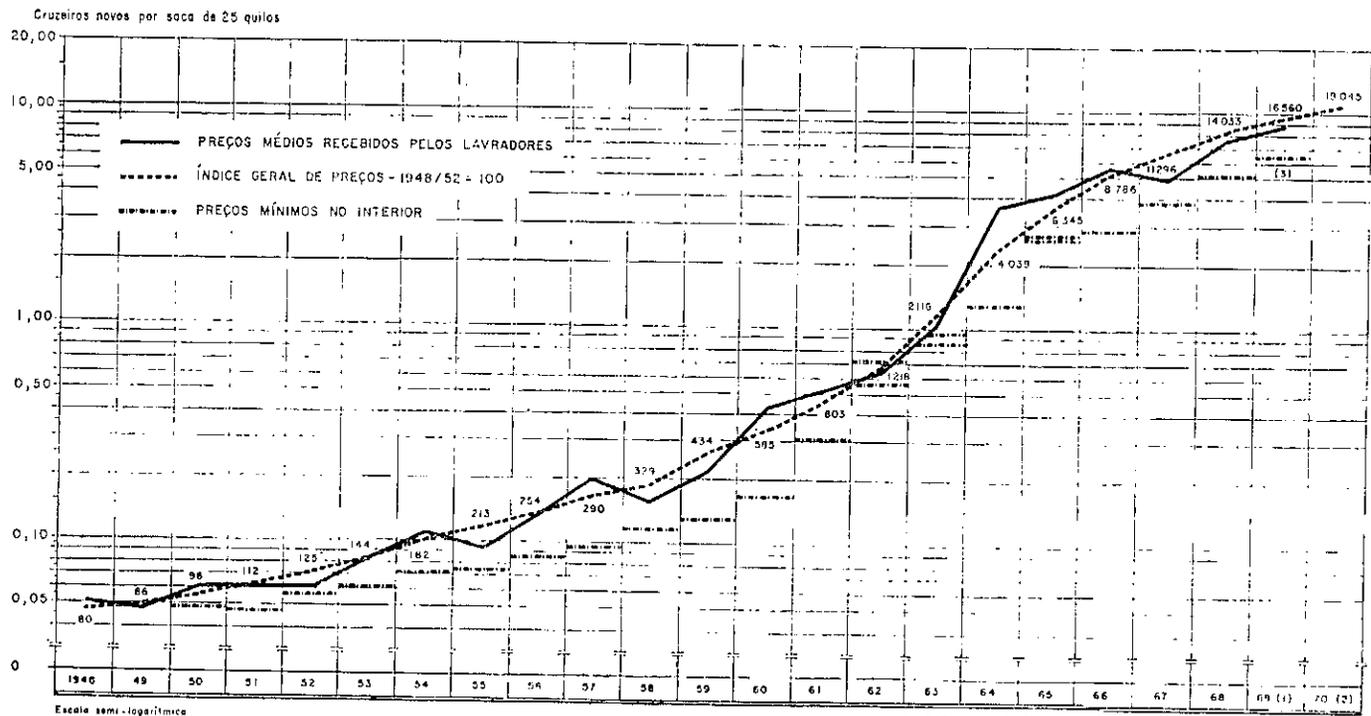


FIGURA 2. — Evolução dos Preços do Amendoim em Casca no Estado de São Paulo.

toras, mantiveram-se, em valôres correntes, muito próximos aos do ano passado, o que implica em dizer que foram, em termos reais, bem menores. É possível que isto se reflita numa redução na próxima área de plantio. Dado o fato de que em 68/69 já se plantou uma área 12% inferior à precedente, a redução acima citada, caso ocorra, não deverá ser muito sensível. De qualquer forma, considera-se que o plantio do arroz em São Paulo, nas condições em que é conduzido, não deva exceder a uma área de plantio de 800.000 ha.

4.1 — CRITÉRIOS

Os preços do arroz, que nos últimos dois anos vinham se mantendo firmes, já que asseguraram ganhos em relação ao índice geral de preços, deverão, no corrente ano, acusar substancial queda de valor real. Para que êste valor real permanecesse no mesmo nível de 1968 (um pouco inferior aos 2 anos precedentes) seria preciso que o preço médio dêste cereal fôsse de NCr\$ 26,80. Este preço, que é de mercado, parece constituir um razoável objetivo a ser perseguido pelo preço mínimo de garantia, já que o produto está a necessitar de certo amparo neste aspecto. Admitindo-se isto e uma margem de 25% entre o preço de

mercado e o mínimo garantido, chega-se a NCr\$ 20,10 ou, por arredondamento, a NCr\$ 20,00. Êste preço refere-se ao saco de 60 kg de arroz em casca, grãos médios, tipo "1" e "2" livre ao produtor, no interior do Estado. De notar que êste preço, embora bem superior ao mínimo estabelecido para a corrente safra, ainda está cêrca de 15% abaixo das cotações óra vigentes.

5 — FEIJÃO

Pouco há para dizer sôbre as duas colheitas de feijão em 68/69, senão que foi um ano calamitoso para dita cultura. De acôrdo com informações disponíveis, cousa parecida, variando entretanto quanto ao gráu de intensidade, passou-se nas áreas produtoras de estados vizinhos e abastecedoras de São Paulo. Normalmente e a grosso modo, São Paulo importa dêsses Estados 2/3 do feijão que consome. Neste ano, terá de importar mais de 3/4. A decadência desta exploração é um fato em São Paulo e vem sendo agravada, últimamente, pela redução das áreas cafeeiras e pela gradativa abolição do regime de colonato.

A cultura enfrenta problemas seríssimos, desde os de ordem agrônômica e os de regime de trabalho dos produtores, até

QUADRO 7. — Arroz em São Paulo

Média Quinquênio e Ano	Área Plantada 1.000 ha	Produção 1.000 sacos 60 kg em casca	Rendimento Agrícola kg ha	Preços médios recebidos pelos lavradores		Índice Geral de preço no Brasil (1) (b)	a/b x 100
				Preços Correntes NCr\$ saco 60 kg em casca	Índices (a)		
Média							
1948-52	495	11.759	1.425	0,15	100	100	100
1953-57	542	9.205	1.019	0,44	293	217	135
1958-63	574	10.840	1.188	1,25	833	678	123
Ano							
1960	573	11.000	1.151	0,84	560	585	96
1961	644	13.200	1.230	1,83	687	803	86
1962	508	10.200	1.204	5,27	3.513	1.218	288
1963	762	12.000	945	2,91	1.940	2.116	92
1964	1.108	15.000	812	6,57	4.380	4.043	108
1965	1.065	17.100	964	6,22	4.147	6.344	65
1966	702	9.600	821	14,92	9.947	8.786	113
1967	758	15.000	1.196	18,65	12.433	11.296	110
1968	881	10.600	722	22,50	15.000	14.033	107
1969 (3)	774 (2)	12.600 (2)	976 (2)	22,70	15.133	16.560	91

(1) Índice "2" Nacional da Conjuntura Econômica

(2) 3.^a previsão de safra (março 1969)

(3) Dados preliminares

Fonte: Instituto de Economia Agrícola

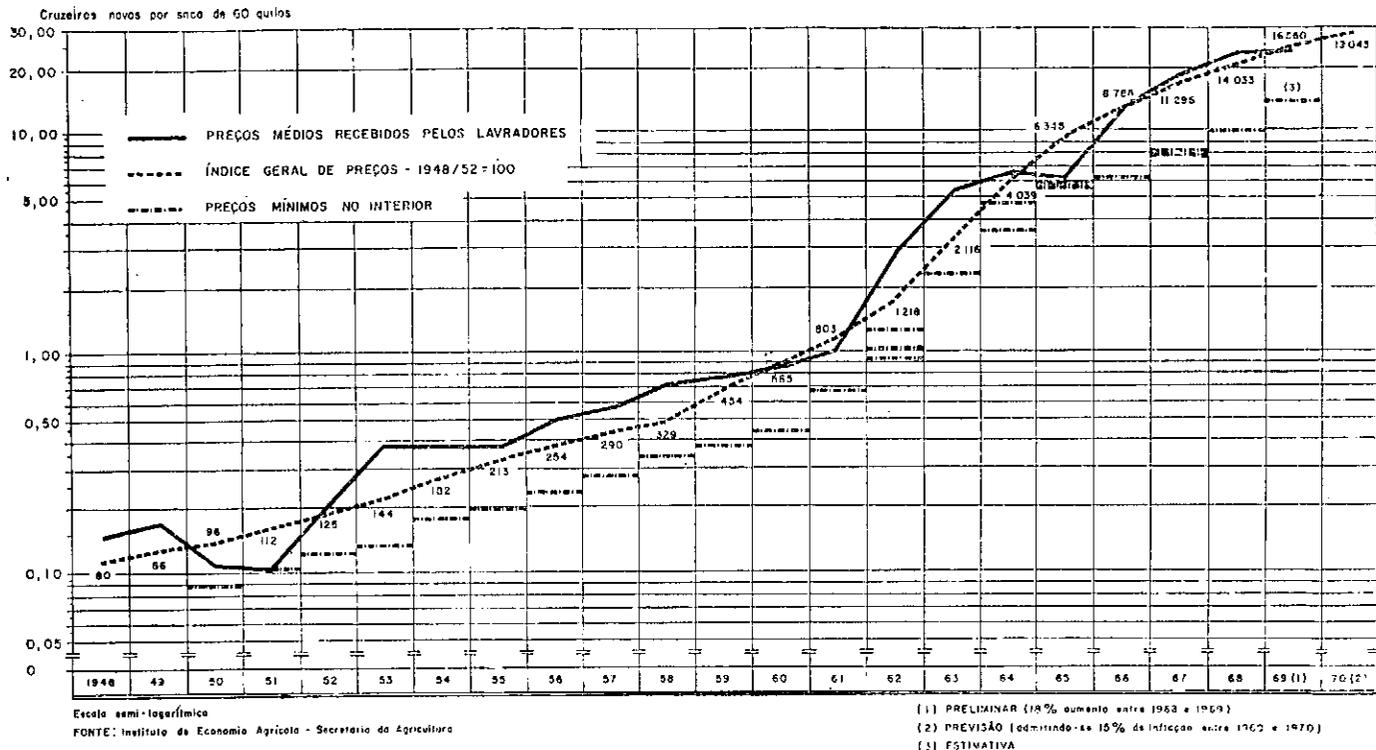


FIGURA 3. — Evolução dos Preços do Arroz em Casca no Estado de São Paulo.

aqueles de natureza comercial. Esses problemas anulam, em grande parte, os efeitos de uma política de garantia de preços mínimos. De qualquer modo e dada a enorme importância do produto para o abastecimento alimentar, torna-se necessário que a garantia de preços contribua, tanto quanto possível, para o amparo a esta exploração. Aliás e eventualmente, esta contribuição pode mostrar-se bem mais efetiva, desde que atue como substrato dos planos de melhoria que estão sendo elaborados.

Dado o exposto, é difícil prever-se o comportamento da próxima área de plantio, pois, se de um lado existe a presença de uma grande elevação ocorrida nos preços de mercado, do outro e atuando em sentido oposto a uma expansão, há os problemas estruturais já mencionados.

5.1 — CRITÉRIOS

Pelas considerações apresentadas, tornam-se evidentes as dificuldades para o estabelecimento de critérios adequados para os preços de garantia ao feijão. As dificuldades são enormemente agravadas pelas diferenças existentes entre condições de exploração da cultura em São Paulo e as das regiões produtoras dos estados vizi-

nhos, algumas das quais já oferecendo predomínio das culturas comerciais e tôdas enquadradas na Zona Meridional do País, para efeitos da garantia de preços.

Conseqüentemente, pode-se sugerir para a próxima safra, o restabelecimento das relações de preços existentes entre o feijão e outros produtos (veja quadro 8) que prevaleceram nas safras de 1967 e 68. Admitindo os aumentos de 18% e de 15%, em 69 e 70, teríamos um preço de NCr\$ 31,70. Pode-se assim, sugerir o preço mínimo de NCr\$ 30,00, livre ao produtor, por saca de 60 kg, tipo 3, das variedades de cores.

6 — MILHO

Depois de 2 safras crescentes (66/67 e 67/68), tanto em área plantada como no volume da produção, a cultura do milho em 68/69 refletiu, finalmente, os efeitos dos baixos preços do produto, vigentes naqueles dois anos e a área de plantio caiu em mais de 20%. À redução de área, somaram-se os contrastes climáticos e os fortes ataques de pragas, provocando uma queda ainda maior no volume da colheita. Como resultado, aguarda-se em 68/69 uma queda de 10 milhões de sacas sobre os 42 milhões obtidos em 67/68. No Paraná, grande pro-

QUADRO 8. — Feijão em São Paulo

Média Quinquênio e Ano	Área Plantada 1.000 ha	Produção 1.000 sacos 60 kg em casca	Rendimento Agrícola kg/ha	Preços médios recebidos pelos lavradores		Índice Geral de preço no Brasil (1) (b)	a/b x 100
				Preços Correntes NCr\$ saco 60 kg em casca	Índices (a)		
Média							
1948-52	209	2.274	653	0,16	100	100	100
1953-57	277	2.031	440	0,49	306	217	141
1958-62	357	2.392	402	2,11	1.319	678	195
Ano							
1960	448	3.260	436	1,34	1.838	585	143
1961	356	2.320	391	1,51	944	803	118
1962	358	1.940	325	5,19	3.244	1.218	266
1963	387	2.680	415	5,62	3.512	2.116	166
1964	386	2.470	384	7,25	4.531	4.043	112
1965	330	3.150	572	10,37	6.481	6.344	102
1966	322	2.508	468	25,46	15.912	8.786	181
1967	370	2.700	437	18,71	11.694	11.296	104
1968	225	1.955	521	23,42	14.637	14.033	104
1969 (3)	198 (2)	1.400 (2)	424 (2)	54,00	33.750	16.560	204

(1) Índice "2" Nacional da Conjuntura Econômica

(2) 3.ª previsão de safra (março 1969)

(3) Dados preliminares

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

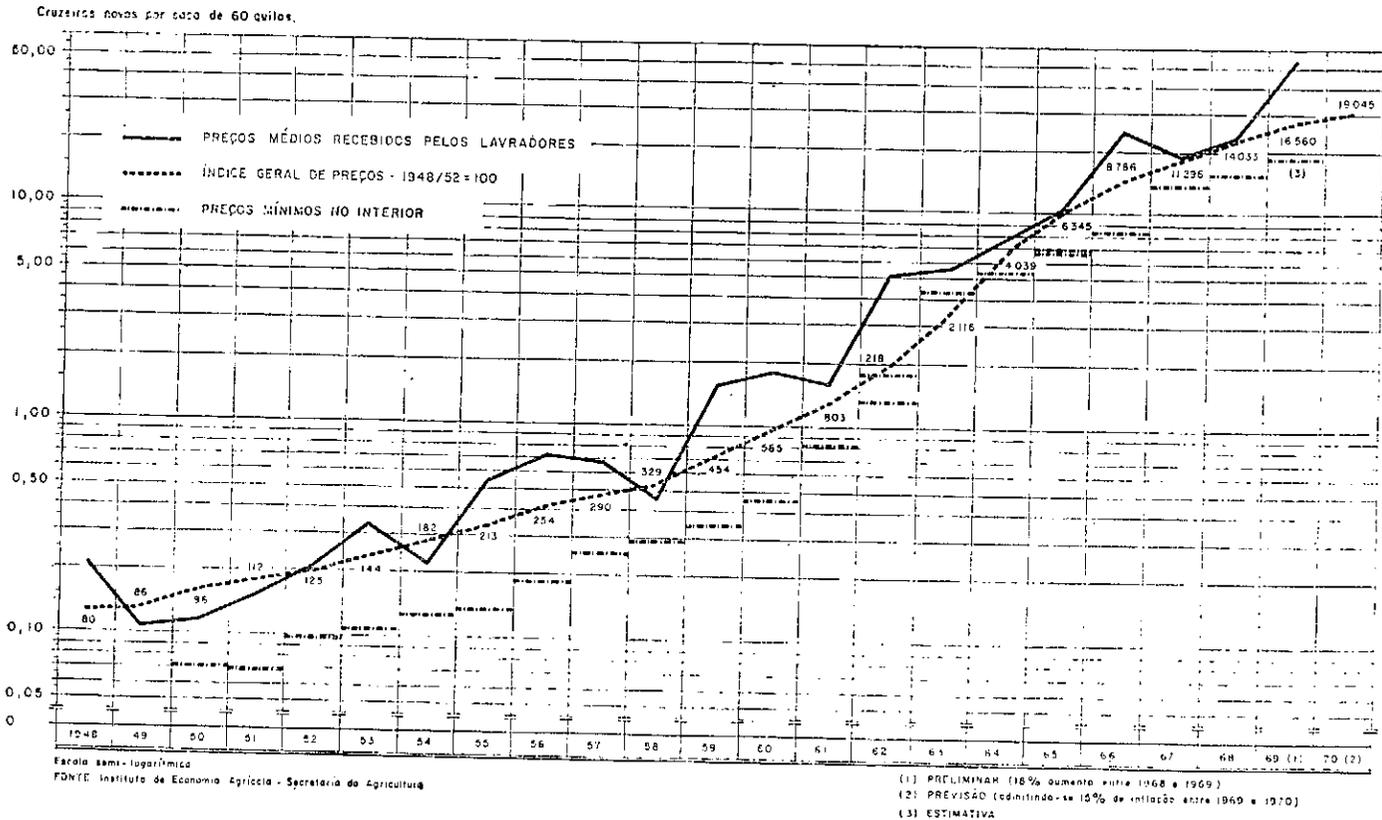


FIGURA 4. — Evolução dos Preços do Feijão no Estado de São Paulo.

dutor de milho e que, habitualmente, envia substanciais quantidades dêste cereal para São Paulo, a quebra parece ter sido menor, o que não impediu uma sensível diminuição no suprimento total de milho neste ano, que impedirá maiores exportações.

A importância fundamental que êste produto exerce no abastecimento pode ser pressentida pelas perturbações que, na fase de pleno afluxo do milho às fontes consumidoras, já são observadas em certos setores como o de rações para animais e a avicultura.

Face à escassez prevista, os preços do milho já acusam forte reação e isto certamente irá refletir no futuro plantio, que deverá registrar aumento. Não obstante ser auspicioso êste fato, cumpre revesti-lo de maior certeza, no que diz respeito à garantia de preços. O consumo do Estado gira em tórno de 42 e 45 milhões de sacas, volume bem superior aos 32 milhões que se espera colher neste ano. Ao consumo acima, deve-se acrescentar 8 a 10 milhões de sacas destinadas a assegurar o nosso comércio exportador, pois, embora o milho não seja produto que deva ser obtido em função de sua exportação "in natura", essa saída é importante por diversas razões, inclusive para garantir

condições de suprimentos crescentes, diminuindo os riscos de crises provocados por abundâncias passageiras. É, em suma, de todo o interesse que o Estado aumente a área de plantio do milho, o mesmo acontecendo para todo o país, já que o produto se constitui em importântíssima infra-estrutura de apoio ao progresso de inúmeros setores agrícolas.

6.1 — CRITÉRIOS

Visando aos objetivos a que conduzem as considerações acima, acredita-se que o nível de preços a ser garantido por 60 kg de milho, da classe mole ou misto, tipo "3", deva ser de NCr\$ 9,00 livre ao produtor. Sugere-se, ainda, que o órgão responsável pela garantia de preços contemple a hipótese de reconhecer, ao milho a granel, a vantagem natural que êle possui de dispensar sacaria.

7 — SUBPRODUTOS DA MANDIOCA

A safra de mandioca de 68/69 deverá ser sensivelmente igual à precedente. O cotêjo entre as duas, registra, para esta, uma ligeira redução (1,5%) na superfície de plantio, um decréscimo nos rendimentos unitários um pouco mais acentuado (4%) e uma quebra no volume de produção estimada em 5,5%.

QUADRO 9. — Milho em São Paulo

Média Quinquênio e Ano	Área Plantada 1.000 ha	Produção 1.000 sacos 60 kg	Rendimento Agrícola kg/ha	Preços médios recebidos pelos lavradores		Índice Geral de preço no Brasil (1) (b)	a/b x 100
				Preços Correntes NCr\$/60 kg	Índices (a)		
Média							
1948-52	804	18.047	1.347	0,08	100	100	100
1953-57	1.085	19.655	1.087	0,13	162	217	75
1958-62	1.189	28.100	1.418	0,55	688	678	101
Ano							
1960	1.324	29.000	1.314	0,36	450	585	77
1961	1.186	29.400	1.488	0,72	900	803	112
1962	1.331	36.900	1.663	1,00	1.250	1.218	103
1963	1.573	44.800	1.709	1,28	1.600	2.116	76
1964	1.263	23.600	1.121	3,15	3.938	4.043	97
1965	1.396	40.800	1.753	3,79	4.738	6.344	75
1966	1.367	41.500	1.821	5,55	6.938	8.786	79
1967	1.476	44.000	1.788	6,25	7.800	11.296	69
1968	1.573	42.500	1.621	6,60	8.250	14.033	59
1969 ⁽³⁾	1.246 ⁽²⁾	32.400 ⁽²⁾	1.560 ⁽²⁾	10,40	1.300	16.560	78

(1) Índice "2" Nacional da Conjuntura Econômica

(2) 3.^a previsão de safra (março 1969)

(3) Dados preliminares

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

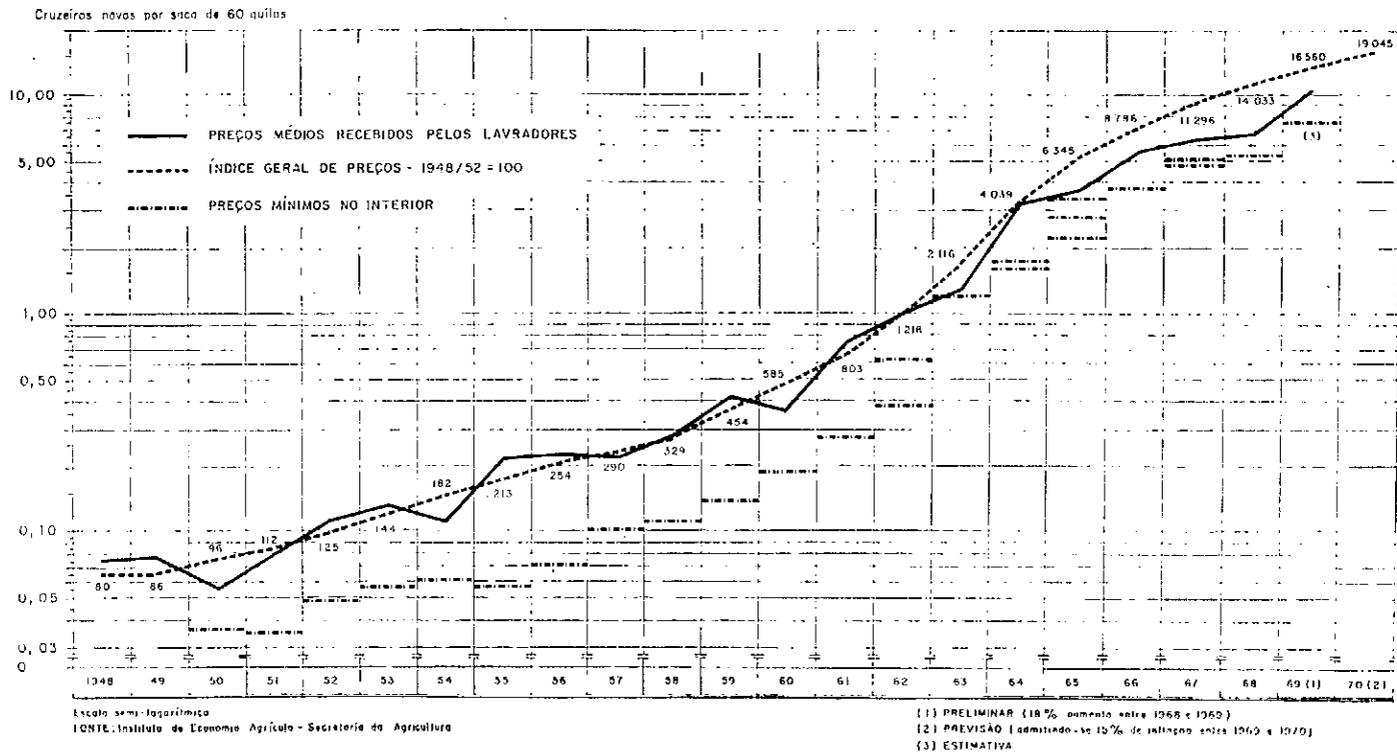


FIGURA 5. — Evolução dos Preços do Milho no Estado de São Paulo.

Apesar dessa ligeira diferença para menos, observa-se, presentemente, certa crise no setor da farinha de mandioca, embora o mesmo não ocorra com a raspa e o amido. Pelas informações até agora obtidas, parece que, para tais dificuldades, está concorrendo apenas uma causa estrutural. Consiste esta na redução do envio de farinha para outros Estados, notadamente Minas e Paraná, que aumentaram suas próprias produções. As demais causas são de ordem conjunturais como: falta de capital de giro, política de redução dos estoques pelos distribuidores da Guanabara, etc. Como quer que seja, os preços que os produtores estão recebendo por quilo de raiz, acham-se em forte declínio e isso certamente se irá refletir em menores plantios para o ano, o que parece de todo indesejável, dada a importância considerável do produto no abastecimento alimentar e no apóio a vários setores agrícolas. Embora em menor escala que o milho, a mandioca desempenha papel semelhante ao deste, como infraestrutura de sustentação dos vários setores agrícolas, notadamente o animal.

7.1 — CRITÉRIOS

Visando ao atendimento dos objetivos acima considerados, parece de tóda a conveniência

uma maior aproximação entre os preços de mercado e os preços mínimos de garantia, a fim de emprestar maior apóio, não só à cultura da mandioca como à comercialização dos seus subprodutos. Presentemente, é tão grande a diferença entre tais preços, que não há nenhum sentido nos preços mínimos de garantia. Para a farinha, a base de garantia deveria ser de NCr\$ 9,00 livre ao produtor, por sacco de 50 quilos, tipo "1". Para os demais subprodutos (farinha de raspa, raspa e amido ou fécula) deve-se observar a mesma relação percentual que vem sendo mantida em anos anteriores.

8 — SOJA

Com a expansão de 70% na área de plantio e a obtenção de um volume de 1,0 milhões de sacas, pode-se considerar que o ano de 1968/69 assinalou a implantação da soja como cultura importante em São Paulo. Para esta exploração, o ano pode ser considerado normal, pois o ligeiro decréscimo nos rendimentos unitários é até inferior ao que se poderia esperar, face ao aumento da área.

A expansão desta cultura é de todo o interesse para o Estado, seja pelo valor intrínseco e de aproveitamento industrial do produto, seja pelo amplo mercado de exportação que for-

ça o emprêgo de técnicas avançadas de cultivo.

Os preços de garantia atualmente vigentes, acham-se muito distanciados das cotações de mercado, daí porque seria necessário uma substancial melhoria para que os mesmos servissem de base à expansão mencionada. Haveria, portanto, que se proceder a uma aproximação destes últimos com os preços de mercado. Assim, propõe-se NCr\$ 17,00 por sacco de 60 quilos como base do preço mínimo, que deve ser adotado.

9 — MAMONA

Em 1968/69 houve um pequeno aumento, (5%), desta

cultura em relação à safra precedente. No volume produzido, o ganho foi menor em decorrência de leve declínio nos rendimentos unitários. Pela primeira vez, foi a mamona incluída entre os produtos beneficiados com a garantia de preços mínimos, atendendo-se, assim, a velhas e insistentes solicitações de círculos interessados em sua economia. É ainda cedo para se avaliar os resultados dessa medida, razão porque sugere-se que, para a próxima safra, sejam repetidas as mesmas bases anteriores, mantendo-se, porém, seu valor real, através do acréscimo de 15%, calculado como taxa de desvalorização da moeda, o que significaria NCr\$ 11,00 por sacco de 50 kg.

PROBLEMAS ATUAIS DA ECONOMIA CAFEEIRA (1)

Eng.º Agr.º Rubens Araujo Dias

1 — CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO E CONSUMO DO CAFÉ

Preliminarmente, podem ser salientadas determinadas características do café, tanto do lado da oferta como da demanda, que atuam de modo preponderante na evolução da situação desse produto.

De um modo geral, os produtos agrícolas apresentam condições peculiares de produção em relação aos produtos industriais, não só pelo menor conhecimento que o grande número de produtores agrícolas têm sobre as condições dos mercados dos produtos e dos fatores, o que impede uma acertada decisão sobre o nível a ser produzido, como também pela influência na produção de elementos fora de controle dos a-

gricultores, como o clima, ataque de pragas, etc., que podem alterar, significativamente, o volume final a ser obtido, em relação ao que teria de ser idealmente produzido. Isso tudo faz com que a oferta efetiva, num dado período, não seja a adequada, provocando, portanto, oscilações indesejáveis nos preços dos produtos.

No caso de cultura permanente, como o café, esse quadro é, ainda mais, agravado, pois, incentivados por preços remuneradores, os agricultores, ao decidirem fundar um cafezal, só terão sua primeira colheita depois de 3 ou 4 anos, levando outros 4 a 6 anos para conseguir plena produção. E, nessa ocasião, a situação do mercado do produto pode já estar alterada, vigorando preços não satisfatórios.

(1) Palestra proferida em 5/8/69 no Instituto de Engenharia.

Além disso, mesmo a êsses preços insatisfatórios, o agricultor pode continuar mantendo a produção, pois os investimentos necessários à formação do cafezal e às instalações de preparo já foram feitos no passado, embora continuem a corresponder a custos fixos elevados que, de um modo geral, representam parcela ponderável dos custos totais do café. Mas, enquanto a renda bruta fôr suficiente para cobrir os custos variáveis, o agricultor pode continuar a produzir. Ressalte-se, ainda, que, no caso de determinado tipo de lavoura, êsses custos dizem respeito apenas à aplicação do trabalho manual do proprietário e de sua família, às vêzes sòmente para realizar a tarefa de colheita, não representando, portanto, custos monetários de importância. Dêsse modo, os ajustamentos ideais que se fazem necessários para adaptar a oferta à demanda não são feitos, ou podem ser bastante retardados. Outrossim, deve-se reconhecer que, em determinadas regiões, notam-se contínuos incrementos na produção de café, apesar dos ciclos de preços baixos. Isso é motivado não só pela vantagem que o café apresenta, mesmo a êsses preços, quando comparado com outras culturas alternativas, como, também, pelo

possível interesse, no caso de certos países, em incentivar êsse cultivo para o abastecimento de suas metrópoles ou zonas de mercado sob proteção.

Outro ponto a ser considerado, é o referente a determinadas características na demanda do café, que não favorecem a absorção fácil de produções maiores. É que a demanda do café apresenta-se, de um modo geral, tipicamente inelástica, principalmente nos países de renda mais alta. Assim, nos EE.UU., por exemplo, principal importador, a elasticidade-preço tende a situar-se entre — 0,2 e — 0,3, ou seja, uma redução de 10% no preço provocaria um aumento no consumo de apenas 2 a 3%. Em outras palavras, com a diminuição dos preços, o incremento das vendas não seria suficiente para proporcionar a renda total anteriormente conseguida. Essa característica da demanda do café, tornou possível, por parte dos países importadores, a cobrança de taxas elevadas sòbre o produto. Essa situação é encontrada em quase todos os países da Europa, onde se encontram, inclusive, alguns que, entre tarifas aduaneiras e impostos internos, chegam a cobrar quantia superior ao preço de importação.

QUADRO 1. — Situação Mundial do Café
(Em milhões de sacas de 60 kg)

Ítem	Media			Safrá Comercial				
	1953/54	1958/59	1963/64	1964/65	1965/66	1966/67	1967/68(x)	1968/69(1)
	a 1957/58	a 1962/63	a 1967/68					
I — Produção Exportável								
Brasil	16,4	26,6	16,0	10,2	29,6	9,3	14,9	8,3
Colômbia	5,8	6,8	6,7	6,5	7,0	6,6	6,3	6,7
Outros da América .	6,7	8,5	9,6	9,3	9,8	9,1	10,1	9,2
África	7,3	12,6	16,2	15,2	16,7	16,1	16,4	18,2
Ásia e Oceania	1,2	2,0	2,5	2,5	2,4	2,4	2,7	2,6
Total ..	37,4	56,5	51,0	43,7	65,5	43,5	50,4	45,0
	1954 a 58	1959 a 63	1964 a 68	1965	1966	1967	1968(1)	
II — Exportações								
Brasil	13,7	17,4	16,3	13,5	17,0	17,3	19,0	
Colômbia	5,4	6,1	6,0	5,6	5,6	6,1	6,6	
Outros da América .	6,7	8,2	9,4	9,0	9,4	9,4	9,9	
África	7,8	11,4	15,2	14,3	15,7	15,3	16,6	
Ásia e Oceania	1,0	1,5	2,4	2,5	2,6	2,8	2,0	
Total ..	34,6	44,6	49,3	44,9	50,3	50,9	54,1	
III — Importações								
Eslados Unidos	19,8	23,2	22,6	21,3	22,1	21,3	25,4	
Europa	12,3	17,8	22,8	21,6	22,7	23,6	24,9	
Outros	2,9	3,7	4,8	4,3	5,0	4,8	5,4	
Total ..	35,0	44,7	50,2	47,2	49,8	49,7	55,7	

(1) Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola com dados originais do Bureau Pan Americano do Café.
USDA "COMPLETE COFFEE COVERAGE" E IBC.

E, por essa mesma característica, demanda inelástica em relação a preços —, é de interesse dos países produtores a instituição de políticas de sustentação de preços. No caso particular do Brasil, há inúmeros exemplos de intervenções no mercado, desde os planos de valorização do Convênio de Taubaté no início do século, até a defesa de preços que, de um modo geral, vem sendo realizada nos últimos anos.

2 — SITUAÇÃO MUNDIAL RECENTE

Pode-se dizer que no período de após-guerra, a situação mundial do café se caracterizou, até recentemente, por crescentes produções, em níveis sempre superiores ao consumo, o que levou a contínuas acumulações de excedentes. A alta de preços que se verificou no mercado mundial logo após o término da 2.^a guerra e que atingiu o máximo em 1954, estimulou bastante o plantio em todo o mundo, embora o maior incremento tenha se verificado no Brasil. Assim, a produção exportável mundial passou de 28,5 milhões de sacas no quinquênio de 1945/49 a 56,5 milhões no quinquênio de 1958/62 chegando a atingir 67,3 milhões na safra recorde de 1959/60.

Naqueles dois quinquênios, o Brasil passou de 14,1 para 26,6, os demais países da América de 9,9 milhões para 15,3 e a África de 4,2 para 12,6 milhões de sacas.

Com produções nitidamente superiores ao consumo, houve quedas nos altos preços vigentes no início da década de 50, o que provocou (ao lado de outras medidas de controle das exportações) uma acomodação na produção.

Os dados apresentados no quadro 1 mostram as alterações ocorridas no volume produzido e nas exportações, em médias quinquenais 1953/57 a 1963/67 — e nos últimos 5 anos.

É importante salientar que, enquanto a produção da Colômbia permanece quase que constante em todo o período, as dos demais países da América (exclusive Brasil) aumentaram no início do período mas, depois, também estacionaram. Ao lado dessa situação, nota-se um contínuo aumento nas produções africanas que, no entanto, diminuíram de intensidade nos últimos anos, e uma sensível diminuição ocorrida no Brasil que foi, então, o único responsável pela redução ocorrida na produção mundial nos últimos anos.

Ao lado dessa evolução no volume produzido, o consumo mundial de café vem se desenvolvendo em uma proporção bem menos pronunciada, em grande parte pelas razões já expostas. Pode-se estimar, que esse consumo cresce a uma taxa anual entre 2 e 3%, dependendo principalmente do preço relativo do café, das flutuações na renda disponível nos países consumidores e das mudanças na política fiscal desses mesmos países.

A situação exposta — crescimento da produção em ritmo superior que o consumo —, faz com que haja no mercado de café uma tendência de queda nos preços. Em resumo, pode-se apontar que, enquanto no quinquênio de 1950/54 a média de preços do café Santos 4 em Nova York que era de pouco menos de 60 “cents” por libra, e que nos anos de 1955 e 1957 atingiu 57 “cents”, em 1958 tinha descido para 49 “cents” e que atualmente gira em torno de 35 cents.

Essa tendência de queda teria sido ainda mais intensa, se não ocorresse uma política de defesa de preços no mercado mundial, praticada pelos países produtores. O Brasil, aliás, por ser o principal produtor, vem assumindo, há já muito tempo, uma posição destacada

na defesa dos preços mundiais do produto, arcando, assim, com a quase totalidade dos ônus em manter essa política, ônus esses representados, principalmente, por uma contínua perda de participação no comércio mundial e, também, por ser obrigado a acumular pesados estoques excedentes.

A êsse respeito, pode-se citar que enquanto no período de 1930/39 o Brasil contribuía com cerca de 56% do comércio mundial do café, nos últimos anos sua participação foi de pouco mais de 30%. E, de outro lado, mantemos em grande parte desse período, pesados estoques, chegando mesmo 50/60 milhões de sacas, ou seja, o equivalente a mais de um ano de importações mundiais. Se não fôsse a manutenção de preços mais elevados, teria havido menor incentivo a novos plantios em outras áreas e o Brasil poderia estar exportando maior volume. Mas, dada a inelasticidade dos preços do café estaríamos provavelmente vendendo mais café, mas obtendo menor receita cambial.

Na realidade, um exame dos resultados obtidos com a exportação de café comprova essas afirmativas. Assim, no quinquênio de 1950/54 quando o preço médio de exportação era de 51,6 “cents” por libra expor-

tamos, em média, 14,7 milhões de sacas anuais, propiciando uma entrada de pouco mais de 1 bilhão de dólares por ano. No quinquênio seguinte, apesar da queda de preços para 41,7 "cents", o volume exportado anual passou a 15 milhões de sacas, mas a receita cambial caiu para 828 milhões de dólares. E em 1968 exportou-se 19,0 milhões de sacas com uma receita de 800 milhões de dólares. Outros exemplos semelhantes podem ser facilmente encontrados em nossas estatísticas. Aliás, a manutenção da receita cambial de café em níveis satisfatórios é uma das razões fundamentais da defesa dos preços externos do café, pois reduções pronunciadas nas cotações desse produto afetariam de maneira sensível a nossa balança de pagamento, podendo, inclusive, provocar dificuldades bastante graves em nossa economia e no processo de desenvolvimento do nosso país.

A esse respeito, podemos acrescentar que se vinham verificando pequenos progressos na expansão das receitas, em divisas provenientes da exportação de outros produtos que não o café. Pelos dados do quadro 3, onde podem ser examinadas estatísticas do valor das exportações brasileiras nos últimos 20 anos, verifica-se que, em geral, esses outros produtos vinham

fornecendo divisas entre 500 a 600 milhões de dólares e somente a partir de 1961 é que se constatarão modificações nessa situação. Nos últimos anos, a partir de 1963, vem mesmo se notando uma tendência bem positiva, com crescentes ingressos dos outros setores, tendo-se no último ano (1968) ultrapassado a cifra de 1 bilhão de dólares. A variação na receita total do país era, principalmente no recente passado, diretamente influenciada pela fornecida pelo café. De qualquer modo, mesmo hoje, movimentos de baixas mais pronunciadas nas cotações de café podem vir a afetar sensivelmente a nossa receita cambial, provocando, portanto, sérios distúrbios em nossa capacidade de importar.

Face àquelas desvantagens, que são comuns a outros países produtores, resta a alternativa de se conseguir um melhor funcionamento do Acôrdo Internacional do Café.

Já desde 1958, procurou-se reunir os produtores de café num acôrdo, visando ao estabelecimento de cotas para exportação, sendo que, posteriormente, países de outras áreas foram abrangidos. E, finalmente, em 1962, foi realizado um acôrdo a longo prazo, baseado ainda num sistema de cotas e incluindo a quase totalidade dos

países produtores e consumidores. E, só mais recentemente — meados de março de 1965 —, o Conselho Internacional do Café aprovou resolução introduzindo um sistema mais efetivo, pois se prevê um ajustamento das cotas de exportação às flutuações nos preços do Café.

3 — SITUAÇÃO DO CAFÉ NO BRASIL

A importância do café no Brasil pode ser avaliada por vários modos. Em primeiro lugar, pela contribuição na formação da renda interna do País. Na história mais recente, apenas nos anos de preços mais altos (1954), a sua participação chegou a representar 20% da renda agrícola brasileira, e cerca de 6% do Produto Interno Bruto.

Atualmente, sua importância sob esse aspecto diminuiu bastante e a falta de elementos estatísticos mais recentes impedem uma melhor avaliação. E isso acontece mesmo em São Paulo. Assim, nos últimos anos o café vem participando com cerca de 12% da renda agrícola de nosso Estado (variando de 5,4 a 18%). E isso deve significar cerca de 2,5% do Produto Bruto de São Paulo.

Outros aspectos, no entanto devem ser mencionados. O café é das culturas que utiliza mão-de-obra de maneira mais intensiva e mesmo atualmente admite-se que cerca de 20% da mão-de-obra rural de São Paulo ainda está ligada à cafeicultura.

Sob o aspecto global de nossa economia, o café representa importante papel. O primeiro diz respeito ao fornecimento de receitas cambiais. Os dados já citados, apresentados no quadro 3, mostram a substancial contribuição do café nesse respeito. Outro ponto importante, diz respeito ao fornecimento de recursos para outros setores de nossa economia, o que ocorreu principalmente no passado. Através de um sistema de taxas cambiais fixadas em nível artificial, havia transferência de renda para as atividades que se beneficiavam de taxa cambial mais favorável nas importações. Estudo feito estimou que, desse modo, entre 1947 e 1958, houve uma transferência da ordem de 959 bilhões de cruzeiros de 1958.

Esse montante equivalia, na época, aos orçamentos da União (988 milhões entre 1947 e 1958). E, se expressássemos aquêle total em cruzeiros de

1969 iríamos chegar a uma cifra equivalente a 48 bilhões de cruzeiros novos.

Posteriormente, esse sistema de transferência se institucionalizou, tendo sido criado o Fundo de Reserva de Defesa do Café, ao qual era creditado a cota de contribuição (diferença entre a cambial café e a taxa de câmbio efetiva) e, nos últimos anos os recursos da venda dos estoques governamentais. E a essa conta é debitada a compra de eventuais excedentes e as despesas com o I.B.C. Apenas como elemento informativo, pode-se acrescentar que, em 31/12/58, o saldo dessa conta era de 913 milhões de cruzeiros novos.

3.1 — SITUAÇÃO ESTATÍSTICA RECENTE

Conforme já se caracterizou, devido ao aumento da produção, houve sensível acumulação de estoques que se avolumaram nos fins da década de 50. Os dados do quadro 4 sintetizam a posição estatística de café no Brasil nos últimos anos, embora os dados dos estoques que incluem os em poder do Governo e os em mãos de particulares sejam apenas indicativos.

Devido à desfavorável posição estatística, o Governo Fede-

ral, que detém o controle da política cafeeira, estabelecendo os planos de safra, regulamentando a movimentação do produto, fixando os níveis de registro nas vendas de exportação e desse modo, determinando os níveis de preços internos, passou a adotar uma política de compressão desses preços, de modo que os cafeicultores viram bastante reduzidas as suas rendas.

Os dados do quadro 5, relativo aos preços médios recebidos pelos cafeicultores do Estado de São Paulo, expressos tanto em valores correntes como em cruzeiros de valor constante, mostram o declínio real verificado naqueles preços, principalmente nos períodos de 1959 a 1961 e, posteriormente, de 65 até atualmente. O gráfico apresentado em anexo permite uma visualização dessa situação. Aí são apresentadas curvas de custos (excluindo e incluindo as remunerações a todos os fatores) correspondentes a vários níveis de produtividade. Além dessas curvas, são colocadas linhas de renda bruta obtidas a vários preços de café no interior (de 50 a 100 cruzeiros), o que permite uma pronta apreciação dos reflexos dos vários preços admitidos. Como na safra de 1968/69 a produção média do

Estado está em tórno de 35 ar-
rôbas por mil pés e os preços
estão variando entre 70 e 75
cruzeiros novos por saca (3),
pode-se bem verificar a difícil
situação que vem sendo enfren-
tada pelos cafeicultores.

Situações como a descrita, vi-
gente em uma série de anos,
conjugada ainda por progra-
mas governamentais incentivan-
do as erradicações, levaram a
uma nítida tendência de de-
crécimo da produção, tanto na-
cional (como se vê nos dados
do quadro 4), como na de São
Paulo (quadro 6). Nêsse Esta-
do, de 1,4 bilhões de pés caiu-se
para 690 milhões e a produção
passou de 12,8 no triênio de
1957 a 1959 para pouco mais
de 6,0 milhões nos últimos a-
nos.

Os reflexos dessa situação fo-
ram violentos na renda da
cafeicultura (quadro 7). Entre
o quinquênio de 1948/1952 e 68
houve uma queda de renda real
da ordem de 70%. Ou, em ou-
tras palavras, enquanto o café
contribuía para a formação da
renda agrícola paulista com
1,0 e 1,3 bilhões de cruzeiros
novos (de 1968), respectiva-

mente nos quinquênios de 1948/
52 e 1953/57, essa contribuição
caíu para a modesta cifra de
285 milhões em 1968.

A recente deterioração da
produção brasileira de café po-
de ser bem retratada se ali-
nharmos os dados dos últimos
7 anos. As estatísticas a res-
peito da produção e consumo
(exportações e consumo inter-
no) são mostrados no quadro 8.

No primeiro período (de
1964 a 1968) do qual já se dis-
põe de dados definitivos, a pro-
dução global atingiu a 120 mi-
lhões de sacas e o consumo al-
cançou a 123,2, deixando, por-
tanto, um deficit de 3,2 milhões
nesse período. É de salientar
que nesses 5 anos, em apenas
um (1965/66), houve produção
superior ao consumo.

Das duas safras seguintes
(1968/69 e a atual), ainda não
se dispõe de informações mais
seguras. A colheita de 68/69,
deve ter deixado um deficit
adicional de cêrca de 11 mi-
lhões de sacas e, se aceitarmos
para a corrente safra uma pro-
dução de 20 milhões de sacas e
um consumo equivalente ao do

(3) Cotações vigorantes no início da comercialização da colheita de 69.

ano anterior, ocorrerá em relação a essas duas safras, uma nova redução de 18,8 milhões nos estoques.

Em resumo, nas sete últimas safras tivemos uma produção total de 157 milhões de sacas e um consumo de 179 milhões. Houve, assim, nesse período, uma diminuição de 22 milhões nos excedentes de café que o IBC vinha carregando.

3.2 — PRÓXIMAS PERSPECTIVAS

Pelos dados atrás expostos, pode-se dizer que a potencialidade de produção de café no Brasil alterou-se significativamente nesses últimos anos, já se mostrando insuficiente para atender às nossas necessidades de consumo (interno-exportação) que hoje podem ser estimadas entre 27/28 milhões de sacas. E, com o impacto sofrido em inícios de julho de 69, decorrente da forte e generalizada geada, que ocorreu no Norte do Paraná e Sul de São Paulo, esse processo de deterioração se intensificou ainda mais. Em primeiro lugar, porque a colheita de 1970 ficou seriamente afetada.

Os resultados preliminares do levantamento efetuado pelo IBC indicam que foram atingidos 97% dos cafeeiros norte-paranaenses, sendo que 22% foram afetados duramente. Num primeira previsão, o IBC calcula em 2,9 milhões de sacas a safra de 70 nesse Estado.

No entanto, mesmo se admitindo uma colheita de 5 milhões no Paraná, poderíamos chegar a uma produção brasileira de apenas 16 milhões de sacas (7 em São Paulo e 4 nos demais Estados), e que, aliás, pode ser considerada uma estimativa otimista.

É necessário frizar que, a menos que se alterem de maneira sensível as condições de preços prevalecentes no mercado interno, deve-se esperar a continuação do processo de eradicacão (mesmo sem programas específicos) principalmente no Paraná, em regiões que vem sendo seguidamente afetadas por condições adversas de clima. Assim, podemos admitir o seguinte quadro que tenderia a prevalecer pelo menos nos próximos 2 a 3 anos (após a safra de 70).

QUADRO 2. — Produção Provável nos Estados nas Próximas Safras

Estado	Milhões de pés	Rendimento (sc. benef/1000 pés)	Produção (milhões scs)
São Paulo	700	10	7,0
Paraná	700	12	8,4
Minas	330	6	2,0
Espirito Santo	300	4	1,2
Outros	0,4
Total	—	—	19,0

Essa seria a produção que poder-se-ia considerar como “normal” nos próximos anos. E isso, para enfrentar um consumo de 27/28 milhões, apresentando, portanto, um deficit médio de 8 a 9 milhões por ano. Essa perspectiva pode ser considerada como média, pois se a situação de preços continua comprimida como nos últimos anos, pode-se, inclusive, esperar safras ainda menores. Haja visto que um cálculo de tendência, baseada no período de 1959/60 a 67/68, nos levaria a um total, que podemos considerar como altamente improvável, de 10 milhões de sacas na colheita de 1973/74. De outro lado um incremento sensível nos preços poderia significar um aumento daquela produção considerada “normal” (de 19,0 milhões),

pois, mesmo não havendo tempo para a entrada em produção de novos plantios, poderia haver uma maior produção, provocada por menores erradicações e por intensificação nas adubações.

Resta analisar os efeitos dessas perspectivas no desenvolvimento da situação estatística. Mas, para isso, faltam informações mais precisas do volume efetivo dos estoques em poder do Governo. Se admitirmos a existência de 40 milhões no início da atual safra — os dados do quadro 4 apontavam uma existência de 47,9 milhões (estoque oficial e particular) mas há grandes contradições nessas informações, poderíamos assim resumir a situação.

Estoques em 30/6/69	40,0
Deficit da atual safra	8,0
Estoques em 30/6/70	32,0
Deficit da safra geada (70/71)	11,0
Estoques em 30/6/71	21,0

Aceitas as considerações atrás feitas, verifica-se que êsses estoques praticamente se esgotariam após 2 safras “normais”, ou seja, em meados de 1973, mesmo porque parte dos estoques atuais não são considerados “exportáveis”.

3.3 — CONCLUSÕES

Assim, pode-se prever uma modificação sensível no panorama da cafeicultura nacional, nos próximos anos. No entanto, a concretização dos prognósticos atrás caracterizados seria totalmente prejudicial, pois a inevitável e acentuada alta que então se verificaria nos preços internos e externos iria levar a uma nova corrida para o café, tanto no Brasil como em outros países, provocando nova situação de super produ-

ção. Urge, pois, que se introduzam modificações na política cafeeira, básicamente na política de preços, de modo a levar os agricultores a intensificarem o trato dos atuais cafezais e mesmo a realizarem novos plantios, dando condições para a cafeicultura assumir a posição que efetivamente lhe cabe no cenário de nossa economia.

A não perseguição dêsse objetivo, de outro lado, pode levar a prejuízos sérios para a economia nacional, pois a eventual falta de possibilidade de o Brasil vir a atender as suas cotas de exportação, virá fatalmente alterar a nossa posição na economia cafeeira mundial, com graves reflexos em nossa receita cambial, afetando mesmo o nosso processo de desenvolvimento econômico.

QUADRO 3. — Valor das Exportações Brasileiras
(Em Milhões de Dólares)

Média de Quinquênio e Ano	Café	Outros Produtos	Total
1945-49	423	587	1.010
1950-54	1.002	527	1.529
1955-59	828	536	1.364
1960-64	715	630	1.344
1955	844	579	1.423
1956	1.030	452	1.482
1957	846	546	1.392
1958	688	555	1.243
1959	733	549	1.282
1960	713	556	1.269
1961	710	693	1.403
1962	643	571	1.214
1963	747	659	1.406
1964	760	670	1.430
1965	707	888	1.595
1966	773	968	1.741
1967	733	921	1.654
1968	797	1.093	1.890

Fonte: Ministério da Fazenda.

QUADRO 4. — Situação Estatística do Café no Brasil

(Em milhões de sacas de 60 kg)

Item	1962/63	1963/64	1964/65	1965/66	1966/67	1967/68	1968/69(1)
1 — Estoque inicial	57,0	61,9	59,0	56,8	69,9	62,8	58,7
2 — Produção registrada	28,3	23,1	18,1	37,8	17,6	23,4	17,0
A — Suprimento							
(1 + 2)	85,3	85,0	77,1	94,6	87,5	86,2	75,7
3 — Exportação exterior	16,9	18,9	12,4	16,5	16,4	19,0	19,1
4 — Consumo interno	6,5	7,1	7,9	8,2	8,3	8,5 (1)	8,7
B — Consumo Geral							
(3 + 4)	23,4	26,0	20,3	24,7	24,7	27,5 (1)	27,8
C — Estoque Final							
(B + A)	61,9	59,0	56,8	69,9	62,8	58,7 (1)	47,9

(1) Dados preliminares ou previsões.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola com dados originais do IBC e outras informações oficiais.

QUADRO 5. — Preços Médios Recebidos pelos Cafeicultores do Estado de São Paulo

(NCr\$ por saco de 60 kg)

Ano	Valor Corrente	Valor em cruzeiro de 1968 ⁽¹⁾
1948-52	0,84	120,00
1953-57	2,06	137,33
1958	1,72	74,78
1959	1,93	60,31
1960	2,59	61,67
1961	3,57	62,63
1962	6,19	71,15
1963	12,50	82,78
1964	31,20	108,33
1965	30,00	66,22
1966	30,29	48,39
1967	40,61	50,45
1968	61,82	61,82

(1) Utilizou-se o índice "2" da Conjuntura Econômica como inflator, admitindo-se que melhor represente a alteração geral do valor da nossa moeda.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola

QUADRO 6. — Produção de Café no Estado de São Paulo

Média de triênio e Ano	Cafeeiros Milhões de covas	Produção Milhões de sacas Beneficiadas	Rendimento Agrícola 15 kg/1000 covas
1957-59	1.374	12,8	37,3
1960-62	1.270	8,3	25,7
1963-65	840	7,8	39,1
1966-68	718	6,4	35,8
1969	690	6,3	36,5

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 7. — Renda Bruta da Cafeicultura Paulista
(NCR\$ 1.000)

Média de Quinquênio e Ano	Valor Corrente	Valor em Cruzeiro de 1968 (1)	Índices
1948-52	6.782	968.857	100
1953-57	19.561	1.304.067	134
1960	21.498	511.857	53
1961	40.341	707.737	73
1962	32.189	369.988	38
1963	126.247	836.093	86
1964	56.160	195.000	20
1965	351.000	774.834	80
1966	187.726	299.994	31
1967	345.059	428.638	44
1968	284.832	284.832	29

(1) Utilizou-se o índice "2" da Conjuntura Econômica como inflator.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 8. — Situação do Café no Brasil nos últimos anos
(Em milhões de sacas de 60 kg)

Safra	Produção	Consumo		Total	Excedente ou Deficit
		Int.	Exp.		
1963/64	23,1	7,1	+ 18,9 =	26,0	— 2,9
1964/65	18,1	7,9	+ 12,4 =	20,3	— 2,2
1965/66	37,8	8,2	+ 16,5 =	24,7	+ 13,1
1966/67	17,6	8,3	+ 16,4 =	24,7	— 7,1
1967/68	23,4	8,5	+ 19,0 =	27,5	— 4,1
1964/68	120,0	40,0	+ 83,2 =	123,2	— 3,2
1968/69	17,0	8,7	+ 19,1 =	27,8	— 10,8
1969/70	20,0	28,0	— 8,0
Estimativa de 1969/70	37,0	55,8	— 18,8
Resumo provável das 7 últimas safras	157,0	179,0	— 22,0

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

CUSTO DE PRODUÇÃO DO ABACAXI “SMOOTH CAYENNE” NA REGIÃO DE BAURU, 1969

Eng.º Agr.º Evaristo Marzabal Neves (1)

1 — INTRODUÇÃO

1.1 — IMPORTANCIA

O abacaxi ocupa hoje, no Estado de São Paulo, posição relevante na economia dos produtos frutícolas.

Diversos fatores incrementaram nestes últimos anos a sua produção, abrindo perspectivas otimistas quanto à sua produtividade e rentabilidade, tais como: tecnologia mais aprimorada, abertura de novas áreas de plantio, abertura de novos mercados externos, aumento do consumo interno do fruto “in natura”, industrialização (sucos, produtos em calda, geléias) e extração da bromelina dos talos para fins farmacêuticos.

A par disso, condições naturais atuam favoravelmente, por ser o abacaxi originário do Bra-

sil tropical e sub-tropical. Conforme GIACOMELLI (2), o abacaxi encontra condições ecológicas favoráveis para se desenvolver em quase tôdas as regiões de São Paulo e do Brasil.

A sua produção incrementada nestes últimos anos, mórmente pelos fatores acima mencionados, quase dobrou nestes últimos cinco anos, no Estado de São Paulo.

Embora determinados municípios sejam os responsáveis por êstes aumentos em pés e frutos e se destaquem com produções bastantes significativas, o fato é que o abacaxi, tanto em sua variedade “Smooth Cayenne”, como Pérola ou Amarelo de Boituva, vem se desenvolvendo satisfatòriamente em todo o Estado e hoje se distribui em tôdas as regiões (quadro 1 e 2).

(1) O autor agradece a preciosa colaboração prestada pelos Engenheiros Agrônomos Eloys J. Giacomelli do Instituto Agrônomico de Campinas, Laureliz R. Lourenço, Carlos M. Lanzi e o técnico agrícola Leonardo W. Alexandrino, da DIRA de Bauru pelas informações técnicas sôbre a cultura de abacaxi.

QUADRO 1. — Número de Pés de Abacaxi e Porcentagem por Região Agrícola do Estado de S. Paulo, 1964/69

Diretoria Reg. Agrícola	Ano											
	1964		1965		1966		1967		1968		1969(1)	
	mil pés	%										
Araçatuba	—	—	70	0,5	100	0,5	197	1,0	275	1,5	840	1,5
Baurú	3.521	17,0	7.950	38,0	5.965	31,0	7.044	37,0	10.415	48,5	26.800	51,2
Campinas	1.547	7,5	1.180	5,5	1.085	5,5	851	4,5	655	3,0	3.500	6,5
Grande S. Paulo	201	1,0	60	0,5	60	0,5	72	0,5	85	0,5	3.600	7,0
Presidente Prudente	1.840	9,0	610	3,0	945	5,0	1.166	6,0	300	1,5	550	1,0
Ribeirão Preto	4.729	23,0	4.730	22,5	4.730	25,0	4.247	22,5	5.513	25,5	12.450	23,8
S. Paulo Exterior	1.290	6,0	880	4,0	1.780	9,5	1.261	6,5	2.160	10,0	(2)	(2)
S. J. Rio Preto	232	1,0	350	1,5	870	4,5	690	3,5	593	2,5	820	1,5
Sorocaba	6.025	29,0	3.900	18,5	2.430	12,5	2.442	13,0	624	3,0	3.410	6,5
Vale Paraiba	1.374	6,5	1.270	6,0	1.150	6,0	1.035	5,5	880	4,0	330	1,0
Total	20.760	100,0	21.000	100,0	19.115	100,0	19.005	100,0	21.500	100,0	52.300	100,0

(1) 1.^a previsão de safra para 1969. Inclui 26.615 pés novos;

(2) Já relacionados no Grande S. Paulo;

Fonte: Instituto de Economia Agrícola — IEA.

QUADRO 2. — Produção de Abacaxi e Porcentagem por Região Agrícola do Estado de S. Paulo, 1964/69

Diretoria Reg. Agrícola	Ano											
	1964		1965		1966		1967		1968		1969(1)	
	mil fru- tos	%										
Araçatuba	—	—	45	0,4	78	0,7	53	0,4	197	1,3	480	2,6
Baurú	1.926	20,0	4.817	38,7	4.118	36,6	5.208	38,5	7.804	50,6	9.800	53,7
Campinas	898	9,3	930	7,5	862	7,7	730	5,4	545	3,6	1.100	6,0
Grande S. Paulo	101	1,1	30	0,2	39	0,4	43	0,3	55	0,4	1.680	9,2
Presidente Prudente	1.078	11,2	510	4,1	605	5,4	748	5,5	210	1,4	310	1,7
Ribeirão Preto	847	8,8	1.708	13,7	1.572	14,0	2.662	19,7	3.404	22,1	2.800	15,4
S. Paulo Exterior	505	5,2	524	4,2	1.027	9,2	850	6,4	1.670	10,9	(2)	(2)
S. J. Rio Preto	187	2,0	280	2,2	793	7,1	616	4,6	476	3,1	400	2,2
Sorocaba	3.780	39,3	2.667	21,5	1.788	15,9	1.824	13,5	414	2,7	1.500	8,2
Vale Paraiba	302	3,1	940	7,5	338	3,0	772	5,7	600	3,9	180	1,0
Total	9.624	100,0	12.460	100,0	11.220	100,0	13.515	100,0	15.375	100,0	18.250	100,0

(1) 1.ª previsão de safra para 1969;

(2) Já relacionados no Grande S. Paulo;

Fonte: Instituto de Economia Agrícola — IEA.

Verifica-se pelos quadros 1 e 2 que, até 1964, as principais regiões produtoras de abacaxi eram aquelas compreendidas pelas DIRAs de Sorocaba, seguida de Ribeirão Preto e Baurú. De 1965 em diante, a região de Baurú tomou grande impulso nesta cultura (variedade "Smooth Cayenne"), apresentando as seguintes porcentagens arredondadas em pés plantados e produção respectivamente, em relação ao Estado: 17% e 20% em 1964, 38% e 39% em 1965, 31% e 37% em 1966, 37% e 38% em 1967, 48% e 51% em 1968, ultrapassando atualmente a 50% do total do Estado.

1.2 — OBJETIVOS

O presente trabalho tem por objetivos os seguintes:

a) estimar o custo de produção, por alqueire, da implantação da cultura de abacaxi e da exploração durante três anos, na região de Baurú,

b) estimar o custo de produção acima, em "empresas pequenas" e "empresas grandes",

c) determinar o custo por quilo de abacaxi, relacionando-o com as produções estimadas.

Para se chegar aos objetivos acima enumerados, determina-

ram-se, principalmente, as exigências de fatores na implantação e exploração em três safras, e os investimentos necessários em instalações, veículos, equipamentos e animais de tração para a cultura de abacaxi em "empresas pequenas" e "empresas grandes" (em anexos).

2 — MATERIAL E MÉTODO

Para o estudo do custo de produção, a técnica utilizada foi a de estudo de casos. Os dados foram coletados pelo método "Survey", ou seja, através de entrevistas diretas junto aos agricultores que conduziam a cultura dentro de um tecnologia considerada satisfatória.

Para a elaboração deste levantamento, levou-se em consideração uma característica da região, quanto à cultura de abacaxi, que veio propiciar a formação de dois modelos: o da pequena e o da grande empresa.

A estrutura de custo de produção utilizada é a sugerida por THOMAZINI ETTORI (1), recorrendo-se a LORENA E GOMES DA SILVA (4) no item referente a tributação.

Consideraram-se:

- A - Despesas de Produção
 - 1 - Despesas diretas
 - 1.1 - com operações
 - 1.2 - com insumos aplicados
 - 2 - Despesas indiretas
 - 2.1 - fiscais
 - 2.2 - gerais
 - 2.3 - conservação de instalações
 - 2.4 - depreciação de instalações
- B - Remuneração dos fatores
 - 1 - Terra
 - 2 - Empresário
 - 3 - Capital
 - 3.1 - fixo de instalação
 - 3.2 - fixo de exploração
 - 3.3. - circulante.

Conservação de máquinas e equipamentos, alimentação de animais e depreciação desses insumos são considerados na determinação de seus custos diretos e aplicados nos cálculos de despesas diretas.

3 — RESULTADOS

Cêrca de 90% da área plantada e da produção de abacaxi na região da DIRA de Bauru pertence a poucas (3 a 5) famílias da colônia japonesa, algumas ligadas por laços de parentesco. Segundo MONTEIRO (3), são detentoras da maior

área individual plantada em abacaxi, do continente sul americano, e responsável, em grande parte, pela introdução da cultura e pela quase uniformidade de técnica de produção utilizada na região.

A cultura de abacaxi na região pode ser explorada satisfatoriamente, em média, até 4 safras de frutos. A colheita econômica, porém vai até 3 safras. Neste estudo, considerou-se um ano de implantação da cultura (1.º ano) e mais 3 anos de colheita, totalizando 4 anos de atividades.

Após a primeira colheita, que é feita geralmente depois de um ano e meio de plantio, dependendo das condições da planta, esta pode produzir dois frutos. Verificou-se que, em média, havia um aumento de frutos de até 20%, por alqueire, no 3.º ano (2.ª colheita) e de até 10%, por alqueire, no 4.º ano (3.ª colheita), em relação ao 2.º ano (1.ª colheita).

Baseados nestas informações e feita a análise dos questionários, chegou-se aos seguintes resultados:

3.1 — NAS EMPRESAS PEQUENAS

A área média das empresas pequenas consideradas, que cultivam abacaxi "Smooth Cayen-

ne”, é de 15 alqueires, sendo de 7 alqueires a área correspondente à cultura.

O custo de produção neste tipo de empresa pode ser visto no quadro 3.

QUADRO 3. — Custo de Produção da Cultura de Abacaxi “Smooth Cayenne”, na Região de Bauru em “Empresas Pequenas”, por Alqueire (2,42 ha), 1968/69 — 35.000 covas

(Em NCr\$)

Ítem	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano
A - Despesas de Produção				
1 - Despesas Diretas (1)				
1.1 - Operações	858,11	1.342,04	1.525,55	1.462,02
1.2 - Insumos Aplicados	3.689,99	398,98	522,58	602,33
2 - Despesas Indiretas				
2.1 - Fiscais (2)	7,62	196,62	225,32	207,12
2.2 - Gerais (2)	39,59	39,88	40,00	39,96
2.3 - Conservação de Instalações (3)	155,00	155,00	155,00	155,00
2.4 - Depreciação de Instalações (3)	112,33	112,33	112,33	112,33
B - Remuneração aos Fatores (4)				
1 - Terra	180,00	180,00	180,00	180,00
2 - Empresário	334,28	334,28	334,28	334,28
3 - Capital				
3.1 - Fixo de Instalação	186,00	186,00	186,00	186,00
3.2 - Fixo de Exploração	11,12	11,12	11,12	11,12
3.3 - Circulante	426,29	520,43	218,33	218,24
Custo Total	6.000,33	3.476,78	3.510,51	3.508,40

Nota: Conservação de máquinas e equipamentos, alimentação de animais e depreciação dos insumos acima relacionados, já foram considerados nos cálculos de seus custos diários e aplicados nas despesas diretas com operações.

(1) Vindos dos anexos 1, 2, 3, 4;

(2) Vindos do anexo 5;

(3) Vindos do anexo 7;

(4) Vindos do anexo 6.

3.2 — NAS EMPRESAS
GRANDES

res, sendo de 50 alqueires a área correspondente à cultura.

A área média das “empresas grandes” consideradas, que cultivam abacaxi, é de 100 alquei-

O custo de produção neste tipo de empresa pode ser visto no quadro 4.

QUADRO 4. — Custo de Produção da Cultura de Abacaxi “Smooth Cayenne”, na Região de Bauru, em “Empresas Grandes”, por Alqueire (2,42 ha), 1968/69 — 35.000 covas

(Em NCr\$)

Item	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano
A - Despesas de Produção				
1 - Despesas Diretas (1)				
1.1 - Operações	1.038,23	1.898,65	2.034,01	1.850,60
1.2 - Insumos Aplicados	3.780,99	500,29	621,95	636,49
2 - Despesas Indiretas				
2.1 - Fiscais (2)	11,07	214,07	242,77	223,17
2.2 - Gerais (2)	33,02	33,09	33,10	33,09
2.3 - Conservação de Instalações (3)	78,00	78,00	78,00	78,00
2.4 - Depreciação de Instalações (3)	55,55	55,55	55,55	55,55
B - Remuneração aos Fatores (4)				
1 - Terra	120,00	120,00	120,00	120,00
2 - Empresário	218,40	218,40	218,40	218,40
3 - Capital				
3.1 - Fixo de Instalação	93,60	93,60	93,60	93,60
3.2 - Fixo de Exploração	38,31	38,31	38,31	38,31
3.3 - Circulante	438,84	554,83	256,10	242,48
Custo Total	5.906,01	3.804,79	3.791,79	3.589,69

Nota: Conservação de máquinas e equipamentos, alimentação de animais e depreciação dos insumos acima relacionados, já foram considerados nos cálculos de seus custos diários e aplicados nas despesas diretas com operações.

(1) Vindos dos anexos 9, 10, 11 e 12;

(2) Vindos do anexo 13;

(3) Vindos do anexo 15;

(4) Vindos do anexo 14.

3.3 — PRODUÇÃO ESTIMADA

As “empresas grandes” que cultivam abacaxi na região de Bauru obtiveram uma produção maior, em comparação com as “empresas pequenas”, em 1969.

Assim, não considerando o 1.º ano (implantação da cultura (as produções estimadas foram as seguintes (quadro 5):

QUADRO 5. — Produções Estimadas de Abacaxi “Smooth Cayenne” na Região de Bauru, para “Pequenas e Grandes Empresas”, por Alqueire (2,42 ha)

	(Em Quilos)		
	2.º ano	3.º ano	4.º ano
Empresas grandes	58.000	66.200	60.600
Empresas pequenas	54.000	62.200	57.000

3.4 — CUSTO POR QUILO NAS EMPRESAS

Considerando-se o 1.º ano como ano da implantação da cultura, o seu custo é adicionado ao 2.º ano (1.º colheita) para a determinação do custo por quilo.

Assim, para o abacaxi na 1.ª colheita (2.º ano) o custo estaria em torno de NCr\$ 0,167 e NCr\$ 0,175, na 2.ª colheita NCr\$ 0,057 e NCr\$ 0,056, na 3.ª colheita NCr\$ 0,059 e NCr\$ 0,062 por quilo, para as “empresas grandes e pequenas”, respectivamente.

4 — CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por se tratar de um primeiro estudo de custo de produção de abacaxi “Smooth Cayenne”

para a região de Bauru e de não se ter em mãos estudos semelhantes, quase nada se pode concluir, em termos de melhoria da técnica de produção que viesse a reduzir os custos.

Por motivos já apontados, a grande empresa, responsável pela introdução da cultura na região, encontra-se mais especializada, resultando daí um custo menor por quilo de abacaxi produzido.

Por outro lado, não se nota diferença substancial nos custos determinados em ambos os tipos de empresa, uma vez que se caracterizam pela quase uniformidade de técnicas de produção, pois foram as grandes empresas as responsáveis pela divulgação da cultura.

A grande empresa leva pequena vantagem pela tecnologia

mais aprimorada, como uma melhor aplicação de fertilizantes e defensivos e utilização da mecanização.

A cultura se mostra com boa rentabilidade na região. A par disso, as "empresas grandes", paralelamente, têm obtido melhores resultados financeiros com a venda de mudas retiradas da própria planta, a partir do 2.º ano.

O fato de ser a cultura explorada em larga escala por poucas famílias e de se encontrar bastante especializada na região, tem chamado a atenção de técnicos de órgãos públicos e particulares, que instalam

seus experimentos nas empresas destas famílias.

Estes experimentos têm-se conduzido, principalmente, de modo a diminuir a grande utilização de mão de obra em determinadas operações, como as capinas, e a melhor utilização de fertilizantes e hormônios.

À guisa de informações, procura-se, também, devido às condições ideais para o bom desenvolvimento do abacaxi nesta região, produzir frutos com peso maior ao atual (ao redor de 2,5 quilos), para fazer frente aos grandes países exportadores (5) (em torno de 4 quilos).

LITERATURA CITADA

1. ETTORI, O. J. Thomazini. 'Custo de produção agrícola; conceito, critérios, estrutura'. 3.ª ed. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Divisão de Economia Rural, 1957. 12p. (Mimeografado).
2. GIACOMELLI, E. J. Cultura do Abacaxi. Agrônômico 17(5/6): 13-19. 1965.
3. MONTEIRO, M. Abacaxi veste de verde solo arenoso de Bauru. A Rural 46(535):32-34. 1966.
4. SILVA, J. Gomes da & LORENA, C. Tributos pagos pela lavoura paulista. Campinas, Secretaria da Agricultura, Divisão de Assistência Técnica Especializada, 1967. 49p. (Boletim Técnico da Diretoria de Publicidade Agrícola, n.º 18).
5. VANNI, J. S. Abacaxi é bom negócio para quem sabe quanto ele vale. F. S. Paulo 1.º fev. 1969, f. agropecuária: 22.

**CUSTO DE PRODUÇÃO DO ABACAXI "SMOOTH CAYENNE", NA REGIÃO DE BAURU
ANEXOS**

ANEXO 1. — Estimativa das Despesas Diretas (1) da Cultura de Abacaxi "Smooth Cayenne", na Região de Bauru, 1 alqueire (2,42 ha), 1968/69 — "Empresas Pequenas" — 1.º ano (implantação)

Item	N.º de Vêzes	Homem	Animais	Arado	Grade	Sub-Total	Total	
A — Operações							NCr\$	
			— Dias de serviço —					
Aração	2	13,0	13	13	—			
Gradeação	2	5,0	5	—	5			
Desinfecção mudas	1	3,5	—	—	—			
Coveamento	1	17,5	—	—	—			
Esparramação e plantio	1	35,0	—	—	—			
Carpas manuais	4	100,0	—	—	—			
Adubação química	1	7,0	—	—	—			
Total de dias		181,0	18	13	5			
Custo diário (NCr\$) (2)		4,59	0,79	0,80	0,54			
Despesas com operações		4,59	0,79	0,80	2,70	858,11		
B — Insumos Aplicados (3)			Quantidade	Preço unitário (NCr\$)	Valor (NCr\$)			
Mudas		35.000 unid		0,10	3.500,00			
Inseticidas e fungicidas: Neantina		1 kg		7,99	7,99			
Adubação química (só uréla)		350 kg		520,00	182,00			
Despesas com insumos aplicados						3.689,99		
Total das despesas diretas (A + B)							4.548,10	

(1) Exceto para máquinas e equipamentos, onde se tem também a depreciação e a conservação;

(2) Custo diário de animais, máquinas e equipamentos se encontram no Anexo 8;

(3) Preços de Janeiro de 1969, obtidos junto aos agricultores.

ANEXO 2. — Estimativa das Despesas Diretas (1) da Cultura de Abacaxi "Smooth Cayenne", na Região de Bauru — 1 Alqueire (2,42 ha), Safra 1968/69 "Empresas Pequenas" — 2.º Ano — Produção Estimada: 54.000 kg/alq

Item	N.º de Vêzes	Homem	Animais	Polv.	Carroça c/arrelo	Sub-Total	Total
A — Operações			— Dias de Serviço —				NCr\$
Carpas manuais	6	150,0	—	—	—		
Adubação química	1	7,0	—	—	—		
Combate às pragas	4	28,0	—	28,0	—		
Cobertura do fruto c/papel	1	35,0	—	—	—		
Colheita e carregamento	1	18,0	—	—	—		
Transporte interno	—	17,0	34,0	—	17,0		
Seleção de mudas	—	21,0	—	—	—		
Total de dias		<u>276,0</u>	<u>34,0</u>	<u>28,0</u>	<u>17,0</u>		
Custo diário (NCr\$) (2)		<u>4,59</u>	<u>0,79</u>	<u>1,18</u>	<u>0,90</u>		
Despesas com operações		<u>1.266,84</u>	<u>26,86</u>	<u>33,04</u>	<u>15,30</u>	1.342,04	
B — Insumos Aplicados (3)		Quantidade		Preço unitário (NCr\$)		Valor (NCr\$)	
Inseticida e Fungicidas							
BHC		100 kg		0,37		37,00	
Outros		4 l		12,92		51,68	
Adubação química (só uréia)		350 kg		520,00		182,00	
Jornais		470 kg		0,25		117,50	
Barbante		2 kg		5,40		10,80	
Despesas com insumos aplicados						398,98	
Total das Despesas Diretas (A + B)							1.741,02

(1) Exceto para máquinas, equipamentos onde se tem também a depreciação e a conservação;

(2) Custo diário de animais, máquinas e equipamentos se encontram no Anexo 8;

(3) Preços de Janeiro de 1969, obtidos junto aos agricultores.

ANEXO 3. — Estimativa das Despesas Diretas ⁽¹⁾ da Cultura de Abacaxi "Smooth Cayenne", na Região de Bauru — 1 alqueire (2,42 ha), 1968/69 — "Empresas Pequenas" — 3.º ano — Produção Estimada: 62.200 kg/alq

Item	N.º de Vêzes	Homem	Animais	Polv.	Carroça c/arreio	Sub-Total	Total
A — Operações			— Dias de Serviço —				NCr\$
Carpas manuais	7	175,0	—	—	—		
Adubação química	1	7,5	—	—	—		
Combate às pragas	4	28,0	—	28,0	—		
Cobertura do fruto c/papel	1	42,0	—	—	—		
Colheita e carregamento	1	22,4	—	—	—		
Transporte interno	1	19,0	38,0	—	19,0		
Seleção de mudas	—	21,0	—	—	—		
Total de dias		314,9	38,0	28,0	19,0		
Custo diário (NCr\$) ⁽²⁾		4,59	0,79	1,18	0,90		
Despesas com operações		1.445,39	30,02	33,04	17,10	1.525,55	
B — Insumos Aplicados ⁽³⁾		Quantidade		Preço unitário (NCr\$)	Valor (NCr\$)		
Inseticidas e fungicidas							
BHC		120 kg		0,37	44,40		
Outros		4 l		12,92	51,68		
Adubação química (só uréia)		525 kg		520,00	273,00		
Jornais		560 kg		5,40	140,00		
Barbante		2,5 kg		5,00	13,50		
Despesas com insumos aplicados						522,58	
Total das despesas diretas (A + B)							2.048,13

(1) Exceto para máquinas e equipamentos, onde se tem também a depreciação e a conservação;

(2) Custo diário de animais, máquinas e equipamentos se encontram no Anexo 8;

(3) Preços de Janeiro de 1969, obtidos junto aos agricultores.

ANEXO 4. — Estimativa das Despesas Diretas (1) da Cultura de Abacaxi "Smooth Cayenne", na Região de Bauru, 1 Alqueire (2,42 ha), 1968/69 — "Empresas Pequenas" — 4.º ano — Produção Estimada: 57.000 kg/alq

Item	N.º de Vêzes	Homem	Animais	Polv.	Carroça c/arreio	Sub-Total	Total
							NCR\$
A — Operações			— Dias de Serviço —				
Carpas manuais	7	175,0	—	—	—		
Adubação química	1	7,5	—	—	—		
Combate às pragas	4	28,0	—	28,0	—		
Cobertura do fruto c/papel	1	38,5	—	—	—		
Colheita e carregamento	1	20,6	—	—	—		
Transporte interno	1	18,0	36,0	—	18,0		
Seleção de mudas	1	14,0	—	—	—		
Total de dias		<u>301,6</u>	<u>36,0</u>	<u>28,0</u>	<u>18,0</u>		
Custo diário (NCR\$) (2)		<u>4,59</u>	<u>0,79</u>	<u>1,18</u>	<u>0,90</u>		
Despesas com operações		1.384,34	28,44	33,04	16,20	1.462,02	
B — Insumos Aplicados (3)		Quantidade		Preço unitário (NCR\$)	Valor (NCR\$)		
Inseticidas e fungicidas							
BHC		120 kg		0,37	44,40		
Outros		4 l		12,92	51,68		
Adubação química (só uréia)		700 kg		520,00	364,00		
Jornais		515 kg		0,25	128,75		
Barbante		2,5 kg		5,40	13,50		
Despesas com insumos aplicados						602,33	
Total das despesas diretas (A + B)							2.064,35

(1) Exceto para máquinas e equipamentos, onde se tem também a depreciação e a conservação;

(2) Custo diário de animais, máquinas e equipamentos se encontram no Anexo 8;

(3) Preços de Janeiro de 1969, obtidos junto aos agricultores.

ANEXO 5. — Despesas Fiscais e Gerais nas Propriedades da Região de Bauru em “Empresas Pequenas” que cultivam Abacaxi “Smooth Cayenne”, por alqueire (2,42 ha), 1968/69

Item	Valores em NCr\$			
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano
1 — Despesas Fiscais				
Taxas e Impostos				
INPS (1), impôsto sindical rural, IBRA (2)	5,62	194,62	223,32	205,12
Conservação de estradas	<u>2,00</u>	<u>2,00</u>	<u>2,00</u>	<u>2,00</u>
Total	7,62	196,62	225,32	207,12
2 — Despesas Gerais				
Encargos sociais	23,59	23,88	24,00	23,96
Luz e fôrça	<u>16,00</u>	<u>16,00</u>	<u>16,00</u>	<u>16,00</u>
Total	39,59	39,88	40,0	39,96

(1) 1% sôbre o valôr comercial do produto;

(2) 0,2% sôbre o valôr da terra nua.

ANEXO 6. — Retribuição aos Fatores nas Propriedades da Região de Bauru em “Empresas Pequenas”, que cultivam Abacaxi “Smooth Cayenne”, por Alqueire (2,42 ha), 1968/69

Item	1.º ano (NCr\$)	2.º ano (NCr\$)	3.º ano (NCr\$)	4.º ano (NCr\$)
1 — Terra (1)	180,00	180,00	180,00	180,00
2 — Empresário (2)	334,28	334,28	334,28	334,28
3 — Capital:				
3.1 — fixo instalação (3)	186,00	186,00	186,00	186,00
3.2 — fixo exploração (4)	11,12	11,12	11,12	11,12
3.3 — circulante (5)	426,29	520,53	218,33	218,24
Total	1.137,69	1.231,93	929,73	929,64

(1) Considerou-se o valor de NCr\$ 1.500,00/alqueire (terra nua de cultura de primeira, até 30 alqueires), valor este obtido junto à Divisão de Levantamento e Análises Estatísticas do Instituto de Economia Agrícola, segundo informações coletadas através de formulários enviados às Casas de Agricultura;

(2) Ordenado anual igual a 1,5 salários mínimos para cuidar de 7 alqueires durante 1 ano, isto é NCr\$ 334,28 anual por alqueire;

(3) 12% a. a. sobre NCr\$ 1.550,00 (anexo 7);

(4) 12% a. a. sobre NCr\$ 92,67 (anexo 8);

(5) 18% das despesas de produção, menos a depreciação de instalações, máquinas, equipamentos e animais. O total dispendido em cada ano é distribuído durante os 12 meses do ano. O cálculo de 18 a. a. é efetuado sobre 50% desse valor.

Para o abacaxi no 2.º ano os juros são computados sobre o total gasto no 1.º ano e sobre a metade dispendida no 2.º ano. Este cálculo é aplicado somente nos anos de formação.

ANEXO 7 — Valor, Depreciação e Conservação nas Instalações das Propriedades da Região de Baurú em
 “Empresas Pequenas” que cultivam o Abacaxi “Smooth Cayenne”, 1969

Item	Área	Quantidade	Valor de	Valor Total	Conser-	Vida	Depreciação
			Reposição	no Estado (1)	vação	Útil	
			a	b	(2)	d	$\frac{a}{d}$
				NCr\$		Ano	NCr\$
Instalações							
Casa sede	100 m ²	1	13.000,00	6.500,00	650,00	50	260,00
Casa Colono	60 m ²	2	12.000,00	6.000,00	600,00	30	400,00
Galpão	100 m ²	1	5.250,00	2.625,00	262,50	20	262,50
Depósito	150 m ²	1	11.250,00	5.625,00	562,50	20	562,50
Luz e força	..	—	5.000,00	<u>2.500,00</u>	<u>250,00</u>	25	<u>200,00</u>
Valór total				23.250,00	2.325,00		1.685,00
Valór total por alqueire				1.550,00	155,00		112,33

(1) Considerando-se que existem instalações novas, seminovas e já completamente amortizadas usou-se o critério de considerar o investimento como sendo equivalente à metade do total investido aos preços atuais, para efeito de cálculo de juros sobre o investimento na remuneração dos fatores;

(2) Considerou-se 5% sobre o valór novo ou de reposição das instalações.

ANEXO 8. — Capital de Exploração em Equipamentos Manuais de Tração Animal e Animais de Tração e Equipamentos Manuais nas Propriedades da Região de Bauru em "Empresas Pequenas" que cultivam Abacaxi "Smooth Cayenne", 1969

Item	Quantidade	Valôr de	Duração	Depreciação	Conser-	Alimenta-	Uso	Custo	
		Reposição		ção	vação			ção e Pas-	no ano
		a	b	c	(1)	to	f	c	d + e
		NCr\$	Ano		NCr\$		dia	NCr\$	
Arado de aiveca	3	240,00	5	48,00	24,00	—	90	0,80	
Grade	3	240,00	10	24,00	24,00	—	90	0,54	
Pulverizador	3	480,00	4	120,00	48,00	—	80	2,10	
Polvilhadeira	3	270,00	4	67,50	27,00	—	80	1,18	
Burro	3	750,00	10	75,00	—	162,00	300	0,79	
Carroça	2	800,00	8	100,00	80,00	—	200	0,90	
Total		2.780,00							
Metade do valôr ⁽³⁾		1.390,00							
Por alqueire		92,67							

(1) Considerou-se 20% sôbre o valôr médio;

(2) Não se considerou juros sôbre o Capital de Exploração pois os mesmos foram considerados na Remuneração dos Fatores;

(3) Considerando-se que existem equipamentos manuais de tração animal e animais de tração e equipamentos manuais novos, seminovos e já completamente amortizados, usou-se o critério de considerar o investimento como sendo equivalente a metade do total investido aos preços atuais, para efeito de cálculos dos juros sôbre o investimento na remuneração aos fatores.

ANEXO 9. — Estimativa das Despesas Diretas (1) da Cultura de Abacaxi "Smooth Cayenne", na Região de Bauru, 1 alqueire (2,42 ha), 1968/69 — "Empresas Grandes" — 1.º ano (implantação)

Ítem	N.º de Vêzes	Homem	Trator	Arado Trator	Grade Trator	Sub-Total	Total
— Dias de Serviço —							NCr\$
A — Operações							
Aração	2	2,5	2,5	2,5	—		
Gradeação	2	1,2	1,2	—	1,2		
Desinfecção mudas	1	3,5	—	—	—		
Coveamento	1	17,5	—	—	—		
Esparramação e plantio	1	35,0	—	—	—		
Carpas manuais	5	125,0	—	—	—		
Adubação química	1	7,0	—	—	—		
Total de dias		191,7	3,7	2,5	1,2		
Custo diário (NCr\$) (2)		4,59	31,79	9,03	15,12		
Despesas com operações		879,90	117,62	22,57	18,14	1.038,23	
B — Insumos Aplicados (3)		Quantidade	Preço unitário (NCr\$)	Valor (NCr\$)			
Mudas		35.000 un.	0,10	3.500,00			
Inseticidas e fungicidas							
Neantina (desinf. mudas)		1 kg	7,99	7,99			
Adubação química (só uréia)		525 kg	520,00	273,00			
Despesas com insumos aplicados						3.780,99	
Total das despesas diretas (A + B)							4.819,22

(1) Exceto para máquinas, equipamentos onde se tem também a depreciação;

(2) Custo diário de máquinas e equipamentos se encontram no Anexo 16;

(3) Preços de Janeiro de 1969, obtidos aos agricultores.

ANEXO 10. — Estimativa das Despesas Diretas ⁽¹⁾ da Cultura de Abacaxi "Smooth Cayenne", na Região de Bauru — 1 alqueire (2,42 ha), Safra 1968/69 "Empresas Grandes" — 2.º Ano — Produção Estimada: 58.000 kg/alq

Item	N.º de Vêzes	Homem	Trator	Polv.	Carreta Trator	Sub-Total	Total
— Dias de Serviço —							NCr\$
A — Operações							
Carpas manuais	8	200,0	—	—	—		
Adubação química	1	7,0	—	—	—		
Combate às pragas	4	28,0	—	28,0	—		
Aplicação hormônio	1	11,6	—	—	—		
Cobertura do fruto c/papel	1	35,0	—	—	—		
Colheita e carregamento	1	18,6	—	—	—		
Transporte interno	1	9,8	9,8	—	9,8		
Seleção de mudas	1	21,0	—	—	—		
Total de dias		331,0	9,8	28,0	9,8		
Custo diário (NCr\$) (2)		4,59	31,79	1,05	3,92		
Despesas com operações		1.519,29	311,54	29,40	38,42	1.898,65	
B — Insumos Aplicados (3)		Quantidade	Preço unitário (NCr\$)	Valor (NCr\$)			
Inseticidas e fungicidas							
BHC		100 kg	0,37	37,00			
Outros		4 l	12,92	51,68			
Adubação química (só uréia)		525 kg	520,00	273,00			
Jornais		500 kg	0,25	125,00			
Barbante		2 kg	5,40	10,80			
Hormônio		50 cm ³	5,61	2,81			
Despesas com insumos aplicados						500,29	
Total das despesas diretas (A + B)							2.398,94

(1) Exceto para máquinas, equipamentos onde se tem também a depreciação;

(2) Custo diário de máquinas e equipamentos se encontram no Anexo 16;

(3) Preços de Janeiro de 1969, obtidos junto aos agricultores.

ANEXO 11. — Estimativa das Despesas Diretas (1) da Cultura de Abacaxi "Smooth Cayenne", na Região de Bauru — 1 alqueire (2,42 ha), 1968/69 — "Empresas Grandes" — 3.º Ano — Produção Estimada: 66.200 kg/alq.

Item	N.º de Vêzes	Homem	Trator	Polv.	Carreta Trator	Sub-Total	Total
— Dias de Serviço —							NCr\$
A — Operações							
Carpas manuais	8	200,0	—	—	—		
Adubação química	1	7,5	—	—	—		
Combate às pragas	4	28,0	—	28,0	—		
Aplicação hormônio	1	14,0	—	—	—		
Cobertura do fruto c/papel	1	44,7	—	—	—		
Colheita e carregamento	1	23,2	—	—	—		
Transporte interno	1	11,2	11,2	—	11,2		
Seleção de mudas	1	21,0	—	—	—		
Total de dias		349,6	11,2	28,0	11,2		
Custo diário (NCr\$ (2))		4,59	31,79	1,05	3,92	2.034,01	
Despesas com operações		1.604,66	356,05	29,40	43,90		
B — Insumos Aplicados (3)		Quantidade	Preço unitário (NCr\$)	Valor (NCr\$)			
Inseticidas e fungicidas							
BHC		120 kg	0,37	44,40			
Outros		4 l	12,92	51,68			
Adubação química (só uréia)		700 kg	520,00	364,00			
Jornais		580 kg	0,25	145,00			
Barbante		2,5 kg	5,40	13,50			
Hormônio		60 cm³	5,61	3,37			
Despesas com insumos aplicados						621,95	
Total das despesas diretas (A + B)							2.655,96

(1) Exceto para máquinas, equipamentos onde se tem também a depreciação e a conservação;

(2) Custo diário de máquinas e equipamentos se encontram no Anexo 16;

(3) Preços de Janeiro de 1969, obtidos junto aos agricultores.

ANEXO 12. — Estimativa das Despesas Diretas ⁽¹⁾ da Cultura de Abacaxi "Smooth Cayenne", na Região de Bauru, 1 alqueire (2,42 ha), 1968/69, — "Empresas Grandes" — 4.º ano — Produção Estimada: 60.000 kg/alq.

Item	N.º de Vêzes	Homem	Trator	Polv.	Carreta Trator	Sub-Total	Total
— Dias de Serviço —							NCr\$
A — Operações							
Carpas manuais	8	200,0	—	—	—		
Adubação química	1	8,0	—	—	—		
Combate às pragas	4	28,0	—	28,0	—		
Aplicação hormônio	1	12,7	—	—	—		
Cobertura do fruto c/papel	1	39,9	—	—	—		
Colheita e carregamento	1	21,3	—	—	—		
Transporte interno	1	8,3	8,3	—	8,3		
Seleção de mudas	1	14,0	—	—	—		
Total de dias		332,2	8,3	28,0	8,3		
Custo diário (NCr\$) (2)		4,59	31,79	1,05	3,92		
Despesas com operações		4,59	31,79	29,40	3,92	1.850,60	
B — Insumos Aplicados (3)		Quantidade	Preço unitário (NCr\$)	Valor (NCr\$)			
Inseticidas e fungicidas							
BHC		120 kg	0,37	44,40			
Outros		4 l	12,92	51,68			
Adubos químicos (só uréia)		752 kg	520,00	391,04			
Jornais		530 kg	0,25	132,50			
Barbante		2,5 kg	5,40	13,50			
Hormônio		60 cm ³	5,61	3,37			
Despesas com insumos aplicados						636,49	
Total das despesas diretas (A + B)							2.487,09

(1) Exceto para máquinas, equipamentos onde se tem também a depreciação;

(2) Custo diário de máquinas e equipamentos se encontram no Anexo 16;

(3) Preços de Janeiro de 1969, obtidos junto aos agricultores.

ANEXO 13. — Despesas Fiscais e Gerais nas Propriedades da Região de Bauru, em “Empresas Grandes” que cultivam Abacaxi “Smooth Cayenne”, por alqueire (2,42 ha), 1968/69

Item	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano
	NCr\$			
1 — Despesas Fiscais				
Taxas e Impostos				
INPS (1), imposto sindical rural, IBRA (2)	3,17	206,17	234,87	215,27
Conservação de estradas	2,00	2,00	2,00	2,00
Licenciamento veículos	5,00	5,90	5,90	5,90
Total	11,07	214,07	242,77	223,17
2 — Despesas Gerais				
Encargos sociais	21,62	21,69	21,70	21,69
Luz e força	8,40	8,40	8,40	8,40
Telefone	3,00	3,00	3,00	3,00
Total	33,02	33,09	33,10	33,09

(1) 1% sobre o valor comercial do produto;

(2) 0,2% sobre o valor da terra nua.

ANEXO 14. — Retribuição aos Fatores nas Propriedades da Região de Bauru, em “Empresas Grandes”, que Cultivam Abacaxi “Smooth Cayenne”, por Alqueire (2,42 ha), 1968/69

(Em NCr\$)

Item	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano
1 — Terra (1)	120,00	120,00	120,00	120,00
2 — Empresário (2)	218,40	218,40	218,40	218,40
3 — Capital:				
3.1 — fixo instalação (3)	93,60	93,60	93,60	93,60
3.2 — fixo exploração (4)	38,31	38,31	38,31	38,31
3.3 — circulante (5)	<u>438,84</u>	<u>554,83</u>	<u>256,10</u>	<u>242,48</u>
Total	909,15	1.025,14	726,41	706,31

(1) Considerou-se o valor de NCr\$ 1.000,00/alqueire (terra nua de cultura de primeira até 100 alqueires), valor este obtido junto à Divisão de Levantamentos e Análises Estatísticas do Instituto de Economia Agrícola, segundo informações coletadas através de formulários enviados às Casas de Agricultura;

(2) O ordenado anual é igual a 7 salários mínimos para cuidar de 50 alqueires durante 1 ano, isto é NCr\$ 218,40 por alqueire;

(3) 12% sobre NCr\$ 780,00 (anexo 15);

(4) 12% sobre NCr\$ 319,25 (anexo 16);

(5) 18% das despesas de produção menos a depreciação de instalações, máquinas, equipamentos e animais. O total dispendido em cada ano é distribuído durante os 12 meses do ano. O cálculo de 18 a.a. é efetuado sobre 50% desse valor.

Para o abacaxi no 2.º ano, os juros são computados sobre o total gasto no 1.º ano e sobre a metade dispendida no 2.º ano. Este cálculo é aplicado somente nos anos de formação.

ANEXO 15. — Valôr, Depreciação e Conservação nas Instalações das Propriedades da Região de Bauru, em “Empresas Grandes” que Cultivam o Abacaxi “Smooth Cayenne”, 1969

Item	Área	Quantidade	Valor de	Valor Total	Conser-	Vida	Depreciação
			Reposição	no Estado (1)	vação	Útil	
			a	b	(2)	d	$\frac{a}{d}$
			NCr\$			Ano	NCr\$
Instalações							
Casa sede	100 m ²	1	39.000,00	19.500,00	1.950,00	50	780,00
Casa Colono	60 m ²	10	60.000,00	30.000,00	3.000,00	30	8.000,00
Galpão	300 m ²	1	15.750,00	7.875,00	787,50	20	787,50
Depósito	450 m ²	1	33.750,00	16.875,00	1.687,50	20	1.687,50
Luz e força		—	7.500,00	<u>3.750,00</u>	<u>375,00</u>	25	<u>300,00</u>
Valôr total				78.000,00	7.800,00		5.555,00
Valôr total por alqueire				780,00	78,00		55,55

(1) Considerando-se que existem instalações novas, seminovas e já completamente amortizadas usou-se o critério de considerar o investimento como sendo equivalente à metade do total aos preços atuais, para efeito de cálculo de juros sobre o investimento na remuneração dos fatores;

(2) Considerou-se 5% sobre o valôr novo ou de reposição das instalações.

ANEXO 16. --- Capital de Exploração em Veículos, Equipamentos e Animais nas Propriedades da Região de Bauru em "Empresas Grandes", que Cultivam Abacaxi "Smooth Cayenne", 1969

Item	Quantidade	Valor de	Duração	Depreciação	Conservação	Alimentação e Pasto	Uso	diário ⁽²⁾		
		Reposição						ano	Custo	c
		a	b	c	d	e	f	f		
			Ano		NCr\$		dia	NCr\$		
Trator	2	34.000,00	8	4.250,00	3.400,00	5.064,00	400	31,79		
Arado 3 discos	2	3.200,00	4	800,00	320,00	54,00	130	9,03		
Grade	2	3.200,00	6	533,33	320,00	54,00	60	15,12		
Pulverizador Costal	6	960,00	4	240,00	96,00	—	180	1,87		
Polvilhadeira Costal	6	540,00	4	135,00	54,00	—	180	1,05		
Carreta	2	3.450,00	8	431,25	345,00	8,00	200	3,92		
Burro	4	1.000,00	10	100,00	—	216,00	200	1,58		
Carroça	2	500,00	10	50,00	50,00	—	100	1,00		
Caminhão	1	<u>17.000,00</u>	10	1.700,00	1.700,00	3.900,00	200	38,50		
Total		63.850,00								
Metade do valor ⁽³⁾		31.925,00								
Por alqueire		319,25								

(1) Considerou-se 20% sobre o valor médio;

(2) Juros foram considerados na remuneração aos fatores (capital fixo de exploração);

(3) Considerando-se que existem veículos, equipamentos e animais novos, seminovos e já completamente amortizados usou-se o critério de considerar o investimento como sendo equivalente à metade de total investido aos preços atuais, para efeito de cálculos dos juros sobre o investimento na remuneração dos fatores.